

ANO II, Nº 3, JUN/JUL/AGO, 1991

ADverso

Revista da Associação dos Docentes da UFRGS.

ADUFRGS DOCUMENTO

CYRO MARTINS: REGIONALISMO, MODERNISMO E O ROMANCE DE TRINTA



TERRA



ADverso é ambiciosa. Começa pouco mais que um boletim, vai-se afirmando como jornal e transforma-se em revista. Parte da informação corporativa para ser expressão mais abrangente do que a corporação docente mesma, onde especialistas estão reunidos numa discussão além da estritamente profissional. Tem este perfil. O especialista aqui também é cidadão e colega. Renova sonhos, é entrevistado, faz mesas-redondas, lembra antigos colegas, etc. ADverso ouve, recebe e publica. É para ser lida.

A Universidade Pública brasileira forma profissionais, faz pesquisa e realiza extensão, atividades que respondem questões setoriais específicas da sociedade, desvinculadas de uma visão abrangente. São centros localizados. São cursos, laboratórios, grupos sem comunicação entre si. Matemáticos, sociólogos, médicos, economistas não se conhecem; no entanto, as interpelações sociais são multidisciplinares. As reitorias são os protagonistas permanentes da comunicação entre as diversas especialidades, antes e além de cada professor. Por isso, elas têm a função de realizar tal vínculo, embora quase nunca o façam. Uma reitoria não produz, mas viabiliza a comunicação de saberes, é instância de orientação em que o característico do regional dialoga com a abstração do universal. A ADUFRGS não pretende simplificar a complexidade evidente da comunicação numa sociedade pós-industrial. Mas pretende enfrentá-la. Não propõe um "dever ser", age, faz uma revista.

A questão da terra é multidisciplinar e urgente. ADverso responde, agrega pesquisadores, profissionais não acadêmicos e atores sociais. Essa é a sua ambição.

O Conselho Editorial

Í N D I C E

02 EDITORIAL

03 ÍNDICE

04 CARTAS

05 OPINIÃO

Das Capitanias Hereditárias à UDR: a saga dos com-terras
Raul Dorfman

06 CONJUNTURA

A greve das IFES: recuperando a identidade
Comando de Greve dos professores da UFRGS

07 POLÍTICA

Os conflitos agrários na sociedade brasileira
José Vicente Tavares dos Santos

11 Neoliberalismo & separatismo contemporâneo

Tau Golin

14 Sem terra e sem espaço na mídia

Carlos Wagner

16 Reformas agrárias que deram certo

José Eli da Veiga

18 ECONOMIA

Terra para quem nela trabalha

A resposta da propriedade familiar e dos assentamentos
no Rio Grande do Sul

Mário Sérgio Vaz Cabeda

20 Produtividade e sobrevivência do pequeno produtor rural

Otto Guilherme Konzem

21 Posse e uso da terra

Uma abordagem econômica e ambiental
Aloísio Ely

ADUFRGS DOCUMENTO

Regionalismo, Modernismo e o Romance de Trinta
Cyro Martins

25 A modernização da agricultura brasileira e a intensificação das relações com a indústria.

Sérgio L. M. Salles Filho e

José Maria F. J. da Silveira

28 HISTÓRIA

Depoimentos sobre a terra

Maria Luíza Martini (org.)

32 SAÚDE

A face oculta da fome

A desnutrição em grupos populacionais de alto risco

Hebe Tourinho



34 SOCIOLOGIA

Teorias sobre campesinato: formação discursiva

Jacques A. L. Marre

37 CULTURA

Roteiro para leitura da terra

Luís Augusto Fischer

40 CONTO

A terra prometida

Fernando Borges

41 PERSONÁLIA

Homero Simon

Maria Helena Weber

Daniel Hertz

42 EDUCAÇÃO

A Universidade e a terra

Elza Maria Fonseca Falkembach

43 ECOLOGIA

Agrotóxicos: um marketing letal

Flávio Lewgoy

47 ADVERSINHOS

Mauro Dorfman, Verde e Vítor Knijnik

CAÉ BRAGA — Escultura em Terracota, 1986.
Dimensões: 80x25x15. (Foto: Rogério Brum).

Brasília, 12/05/91.

Ao Conselho Editorial do ADVERSO:

Quero agradecer o número 2 do ADVERSO. Mas, sobretudo, dizer de minha satisfação ao ver uma revista do Movimento Docente não ficar presa aos temas específicos (importantes, também) do Movimento Docente. Nós estamos em um momento diferente dos últimos dez anos. Aqueles que não fizeram a reciclagem dos temas e não se envolverem nos problemas do ENSINO SUPERIOR ficarão atrasados. Fico contente de ver, pelos artigos, que a ADUFRGS e ADVERSO estão na frente. Também fico contente por ter colaborado neste número.

Um abraço,
Cristovam Buarque — Ex-reitor e professor da Universidade de Brasília/UnB.

Porto Alegre, 23/07/91.

Ao Conselho Editorial do ADVERSO:

Foi com grande prazer que eu li no ADVERSO de maio de 1991, a conferência “Aspectos da Reforma Universitária”, do professor Ernani Maria Fiori. Lembrei com nostalgia a minha época de estudante “reformista” na Universidade de Buenos Aires, quando acreditávamos ter um papel relevante no processo de transformação social.

Afetuosamente,
Alba G. R. de Theumann — Professora do Instituto de Física da UFRGS.



EXPEDIENTE

ADverso — Revista da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ADUFRGS.

Sede: Av. João Pessoa, 409, 3º andar —
Telefone: (0512) 26.2719.

Periodicidade: Quadrimestral

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-presidente: Leda Carmen Wulff Gobetti
2º Vice-presidente: Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
1ª Secretária: Ana Maria e Souza Braga
2ª Secretária: Maria Adélia Pinhal de Carlos
1º Tesoureiro: Tiago J. Martins Simões
2º Tesoureiro: Ronaldo Bordin
1º Suplente: Fernando Molinos Pires Filho
2º Suplente: Mário Generosi Brauner

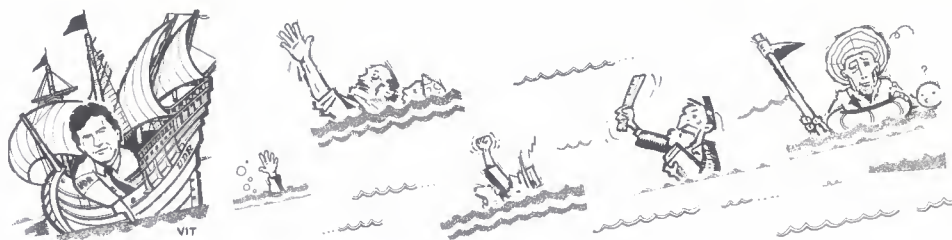
CONSELHO EDITORIAL

Joacir Thadeu Nascimento Medeiros
Maria Assunta Campilongo

Maria Helena Weber
Mário Sérgio Vaz Cabeda
Raul Dorfman

Redação e Edição: Raquel Ritter Longhi
Reg. nº 5922/23/32 RS
Revisão: Vera Lúcia Cardoso Medeiros
Diagramação: Mariceia Benetti
Projeto e produção gráfica: Raquel R. Longhi, Mariceia Benetti e Vit Núñez
Ilustrações: Vit Núñez e Gêlson Radaelli
Auxiliar de edição: Débora Lerrer
Colaboração: André Chassot, Jussara Pereira Santos e Vicente Bogo.
Direção de Arte: Vit Núñez

Capa desta edição: Vit Núñez. Foto: Manifestação dos colonos acampados na Fazenda Annoni, RS, em 1983.



DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS À UDR: A SAGA DOS COM-TERRAS

RAUL DORFMAN*

De repente, do infinito nada fez-se o tudo. A anti-tese materializou-se. Num cantinho qualquer, um fragmento povoou-se de estranhas formas, que se misturavam, se apropriavam de gases e partículas, mutavam e se multiplicavam numa miríade de formas.

Algumas formas são verdes, algumas latem, algumas se tem por inteligentes e formulam teorias: o Livre Mercado, o Liberalismo, a Propriedade Privada, Tradição, Pátria e Família. Não dizem por que nem pra quem. Habitam o que se convencionou chamar de Terra — o Mundo, até bem pouco tempo atrás. O Universo girava em torno do Mundo, que era chato — pra alguns continua assim — e Deus estava no Céu...

Hoje, alguns malucos afirmam que o Mundo não passa de uma bola, que tem um diâmetro equatorial de 12700 quilômetros e que é composto de minerais e gases, formando terras e águas, habitadas por estranhos seres. Entre as porções terrestres existe uma, descoberta em 1500, pois. Possui a área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e uma população estimada em 150 milhões de habitantes. (Um habitante seria um daqueles seres que se equilibram em duas colunas, algumas até bem desejáveis. Esta descrição pode servir para uma perua, uma mocréia ou uma macaca, nunca para uma gata...) Bueno, isto daria, por baixo, 17 hectares ou 170 mil metros quadrados por família de três habitantes (uma família é... ora, vocês sabem do que eu estou falando. Ou não sabem?).

Só que alguns sabidinhos, puxa-sacos de um tal D. João III, ficaram donos de tudo. No papel e na marra. O cujo criou, por uma medida provisória, 14 capitanias hereditárias, divididas em 15 lotes e distribuídas a 12 donatários. Não me perguntem como se faz esta estranha operação. Aqui neste rincão as coisas sempre foram meio obscuras...

As capitanias hereditárias ficavam naquele tempo entre o Maranhão (já naquele tempo) e Santa Catarina, limitadas ao fundo pelo Tratado de Tordesilhas. Tratado este que ninguém deu bola — aliás, uma tradição milenar da terra de Santa Cruz, ou seja, não dar bola para as leis — e avançamos para tudo quanto é lado. Menos pra esquerda, graças a Deus!

Pra dizer a verdade, uma coisa foi rigorosa, religiosa e valentemente seguida: as capitanias eram hereditárias. E a coisa ficou assim... O país cresceu, mas a terra continua nas mãos de poucos.

Desconheceu-se, como ainda se desconhece, a existência dos nativos: os que eram seis milhões, hoje não chegam a trezentos mil. E continuam sendo batidos, caçados, expulsos ou contaminados.

Muitos machos para poucas fêmeas portuguesas criou a tão decantada e dita democrática mestiçagem brasileira, mas os mestiços e os pardos, com raras exceções que confirmam a regra, não foram e não são os detentores da terra ou da riqueza. Privilégio de muitos poucos, como convém na utopia da propriedade privada.

As capitanias acabaram melancolicamente no séc. XVIII, a elas se sucedendo as sesmarias e hodiernamente as grandes propriedades rurais. A tradição de

muita terra para pouca gente parece ser um estigma tupiniquim. A posse da terra, salvo raras e dignas exceções, repito, nunca teve o caráter social, o objetivo de colonizar, mas o de pura e simples extração: arrancar e levar para a Corte o pau-brasil, o açúcar, o algodão, o ouro, a prata, o couro. Escravizar índios, negociar e contrabandear negros, foram o adubo e a tecnologia agrícola empregada com cinismo legalista.

Dominar despoticamente a terra pelo direito histórico, em nome da Coroa e da Cruz, por força de lei, feita pelos senhores para os senhores, defendida por tropas mercenárias ou legais, assegurou o fluxo hemorrágico da riqueza brasileira para o exterior, naturalmente para o benefício de poucos. E continua assim. Hoje não é mais o pau-brasil e especiarias que se vão: é o pagamento da dívida externa e o contrabando de soja e drogas. Aqui ficam distribuídas democraticamente a fome, o frio, a ignorância, a cólera e as novelas mexicanas.

A democracia radical, para provar que o país é democrático, afirma que existe a liberdade da posse da terra para quem quiser comprar e que estes sem-terras são, na realidade, um bando de agitadores, treinados em Cuba e na Nicarágua e financiados pelo ouro de Moscou (sic). Isso está caído em qualquer muro. Só faltou dizer que não existe o direito público pela riqueza...

De repente, na imensa terra d'além-mar, fez-se a maracutaia. A tese da propriedade privada materializou-se. Um pequeno agrupamento de senhores de engenho se apropriou das terras e das águas. Algumas formas se tem por inteligentes e...

*** Engenheiro Agrônomo, professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do IPH/UFRGS.**

A Greve das IFES: Recuperando a identidade

Comando de Greve dos Professores da UFRGS*

O Plano "Brasil Novo" vem, desde seu lançamento, apresentando evidentes sinais de esfacelamento, descontrolo crescente e contradições profundas, evidentes nos desencontros e freqüentes "frituras" no interior da equipe do governo. Os seus dois planos econômicos foram exemplos do maior autoritarismo e desrespeito ao cidadão comum e às instâncias instituídas da sociedade.

Jamais se viveu, neste país, semelhante situação de arrocho salarial e depressão econômica, aliados a tendências inflacionárias crescentes, resultado de políticas irresponsáveis e contraditórias, cujo ônus recai, hoje, de forma dramática, sobre os assalariados em geral e, de maneira particular, sobre os servidores públicos.

A onda "liberalizante" que assola o governo, apresentada através dos freqüentes espetáculos de efeito na mídia, tem resultado no agravamento da tão combatida situação do país, revelando crescente rejeição da população a essas políticas. Temos hoje um governo isolado da sociedade, prepotente e festivo, que é apoiado por uma frágil e contraditória sustentação parlamentar.

Para impor seus desígnios, o governo aposta na desarticulação dos movimentos sociais, por ele gerada, e na indefinição do Legislativo e do Judiciário. Utiliza estratégias de "marketing", que são exploradas por uma imprensa clientelista e descomprometida com as causas sociais. Com essas estratégias, vem empurrando, de forma indigesta, todas as medidas que quer implementar. Mesmo a perplexidade ou a indignação dos setores organizados da sociedade têm tido dificuldades em alterar substancialmente esse quadro para fazer valer até mesmo aqueles direitos elementares e assegurados após a luta de várias décadas. O governo apóia-se na inconstitucionalidade dos tiranos, no golpe do seqüestro da poupança e dos ativos financeiros, nos cálculos manipulados dos índices e no roubo diário do salário, via arrocho salarial injusto e criminoso, que atinge a todos os trabalhadores e golpeia, incisivamente, as frágeis estruturas econômicas e instituições democráticas da sociedade. Por outro lado, mostra-se ineficiente e descomprometido com os graves e prementes problemas sociais que o país enfrenta em todas as áreas.

Os movimentos sociais desarticulam-se neste laboratório experimental mal construído a que foi reduzida a política econômica. Encontram-se sem interlocutores fidedignos que encaminhem junto ao governo suas reivindicações, contando apenas com um Congresso inseguro e amedrontado e um

poder Judiciário contraditório e indeciso, criando-se, assim, todas as condições de crises institucionais cada vez mais freqüentes.

No entanto, ao implementar uma política de rendas e de investimentos que aprofunda a exclusão e a marginalidade social, urbana e rural, redefine-se na sociedade o ambiente propício à emergência dos movimentos reivindicatórios; tendo como pano de fundo o aprofundamento da crise institucional, as pressões que os movimentos exercem voltam-se diretamente contra o estado, desmascarando seu projeto.

Desta forma, em meio às contradições e fragilidades que se apresentam no plano econômico-institucional, abrem-se espaços a esses movimentos, restabelecendo-se um novo equilíbrio das forças políticas e o aparecimento das alternativas e dos limites dos enfrentamentos possíveis, principalmente quando se articulam lutas conjuntas e mais amplas.

No tocante ao movimento de greve das IFES, faz-se necessário reafirmar que as sucessivas investidas governamentais de destruturação da Universidade Pública atingem hoje o limite do suportável.

No governo atual, o processo de privatização das Universidades Públicas avança, tendo como meta dois objetivos: a implantação do ensino pago e o enxugamento da máquina administrativa, tocando na estabilidade do funcionalismo (propostas do governo de mudanças na Constituição) e na deterioração extrema dos salários, decorrente de inúmeras e irreversíveis perdas passadas e presentes.

No caso do funcionalismo público e dos docentes, em particular, a situação de penúria salarial e a humilhante situação funcional e profissional a que foram reduzidos teve como consequência mais uma greve unificada e articulada nacionalmente — a sétima nos últimos dez anos.

Desde o dia 5 de junho p.p., 49 das 51 IFES estão em greve por melhores salários e pela defesa da Universidade Pública. Hoje, mais do que nunca, estão ameaçados seu corpo docente e sua própria sobrevivência. A política de desmonte dos serviços públicos, difundida através da idéia pseudo-modernizante da privatização, não poupa a Universidade desse flagelo.

Em relação aos docentes, os dados são chocantes. Em junho desse ano, o poder aquisitivo de seus salários correspondia a 20% do que era no início da vigência do atual Plano Único de Cargos e Salários (1º de abril de 1987), ou 30% do que era

no início do governo Collor (março de 90). As instituições de ensino superior neste país jamais foram atingidas com tamanha voracidade e violência. Vive-se hoje, na Universidade, uma situação de desesperança, de descontentamento e instabilidade generalizada e desencontrada.

A greve dos docentes das IFES é, mais uma vez, um alerta. Foi a maneira necessária e urgente encontrada para se recuperar a identidade e a unidade nacional de uma categoria ameaçada; de recuperar e de reconstituir a imagem e a função social a que está destinada a Universidade, isto é, a de pautar o desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, fundamentais à auto-identidade, autonomia e soberania de um povo.

A extrema injustiça, aliada ao perigo iminente de descaracterização da instituição universitária, articulou um movimento forte e organizado nacionalmente, pressionando o Executivo e o Legislativo a considerá-lo como sujeito participante e atuante na redefinição de posturas unilaterais e intransigentes.

Mesmo em meio aos desmandos do governo, conseguiu demonstrar que é possível recuperar sua identidade e unidade, constituindo-se em exemplo para os movimentos reivindicatórios. Desde a divulgação do famigerado projeto do MEC — "Proposta de uma nova Política para o Ensino Superior" — rejeitado unanimemente por todas as Associações de Docentes e órgãos superiores das IFES, até a eclosão da greve, o M.D. vem reafirmando sua importância na reversão de posturas do MEC e do governo, que insistem em ignorá-lo.

As Universidades Públicas novamente se insurgiram. Novamente passaram a repensar, enquanto sujeitos de sua história, seu próprio destino.

Nossa luta reafirma-se pela dignidade profissional e salarial, por melhores condições de trabalho, pela defesa intransigente da Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade — patrimônio da sociedade brasileira.

Agosto, 1991.

* Sérgio Nicolaiewsky (AGRO); Cláudio Scherer (FÍS); Ana Maria Braga (VET); José Vicente Tavares dos Santos (IFCH); Maria Assunta Campilongo (IFCH); Marta Roessler (ESEF); Luiz Alberto Miranda (ECO); Rubem Weyne (FABICO); Fernando Pires (ODO); Maria Adélia Pinhal de Carlos (Colégio Aplicação).

OS CONFLITOS AGRÁRIOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

**JOSÉ VICENTE TAVARES
DOS SANTOS***

No conjunto das organizações profissionais existentes no Brasil em 1988, abrangendo todas as categorias profissionais, rurais e urbanas, tanto de empregadores quanto de empregados, a parte dos sindicatos rurais é impressionante: sobre um total global de 9118 sindicatos, eles representam 49.2%, isto é, 4.483 sindicatos. Desse número, 1.751 correspondem

às organizações patronais (19.2%) e 2.732 aos sindicatos de trabalhadores na agricultura, categoria que inclui os camponeses e os assalariados rurais.

Do lado do campesinato e dos trabalhadores agrícolas, encontra-se um esforço coletivo para se constituírem enquanto atores sociais, definindo reivindicações ao nível de direitos de cidadania. Trata-se fundamentalmente de uma luta social contra as políticas agrárias do Estado brasileiro, que sempre serviram para manter a estrutura fundiária concen-

trada. A política agrária implementada desde os anos 30 privilegiou sobretudo a colonização de novas terras, forjando vários ciclos de colonização agrícola, processo que provocou uma importante transferência de populações rurais e urbanas para as regiões Centro-Oeste e Norte. Um dos mais importantes efeitos

*** Sociólogo, professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Depto. de Ciências Sociais do IFCH/UFRGS.**

Manifestação em acampamento na Fazenda Itati, município de São Nicolau, em novembro de 1987.

Objetiva Press



desse processo de colonização programado pelo estado foi tentar desmobilizar as ações coletivas das forças sociais rurais, tanto nas regiões de origem quanto nas de destino, funcionando no limite como uma estratégia de disciplinarização da classe dos trabalhadores rurais e dos camponeses.

A fundação de sindicatos rurais patronais data do início do século XX. Em 1988, foi registrado um total de 1751 organizações patronais no setor agrícola.

Durante o período transcorrido entre 1930 e 1950, não se registraram grandes mobilizações ao nível sindical das classes dominantes no campo. Isto pode-se explicar pela ação favorável do estado aos seus interesses, garantidos mesmo sob o impacto da urbanização e da industrialização do país. Em 1950 é organizada a Confederação Nacional da Agricultura, com uma rede de federações estaduais e de sindicatos municipais.

A política de clientela configurou-se, desde o início do século, na I República, pelo coronelismo — resultado de um acordo que se dava pela superposição das formas de representação eleitoral a uma estrutura social agrária altamente concentrada. Configurava-se um sistema de reciprocidades entre o estado e os chefes políticos locais e regionais: se o proprietário fundiário podia oferecer os votos das populações rurais aos políticos dos centros urbanos, era porque recebia benefícios estatais para distribuí-los aos seus eleitores; paralelamente, as redes de compadrio e a mencionada redistribuição de serviços públicos propiciavam-lhes a manutenção do poder local e o controle político das clientelas. Uma vez que essa forma de dominação retira seus fundamentos da propriedade fundiária, como é particularmente demonstrado pelo caso do Nordeste, e visto que a urbanização e a industrialização não alteraram aquele padrão de estrutura agrária, as modificações resultantes da crescente intervenção do estado na economia agrária foram secundárias. A introdução de um novo personagem entre os grupos dominantes locais, o funcionário, não impediu que se produzissem estratégias de reconversão recíproca, uns se apropriando da terra por compra ou por titulação,

outros passando a ter postos em organismos públicos, para o exercício da dominação em nível local; isso ocorreu sobretudo em áreas de maciça intervenção estatal, como no Nordeste, no Centro-Oeste e na região Amazônica. O clientelismo permanece uma forma de dominação presente no meio rural brasileiro, somente cedendo passo à violência. Antes disso, verifica-se que foi exatamente contra a dominação por clientela que se desenvolveu a história das organizações políticas e sindicais dos camponeses e trabalhadores rurais.

A história recente do movimento sindical dos camponeses e trabalhadores rurais desenvolve-se sob o regime militar, instaurado em 1964 e tendo se mantido até 1984. O regime militar instaura então um modelo de modernização das grandes e médias propriedades agrícolas, ao mesmo tempo que programa a política de colonização da região Amazônica. Para isso, vários capitalistas organizam a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, de modo a se beneficiarem dos incentivos governamentais, pressionando os órgãos públicos a privilegiarem o setor de investimentos que mais lhes interessava inicialmente, a pecuária. Em termos da política agrária, essa Associação propunha a colonização particular das novas terras, ao redor dos grandes projetos de agropecuária, estratégia aceita e seguida pelo regime militar entre 1975 e 1984. Entretanto, os militares não deixaram de reutilizar a política de clientela, na tentativa de controlar as populações rurais pela atribuição de funções assistenciais aos sindicatos de pequenos proprietários e assalariados rurais. O eixo básico dessa prática foi, desde 1971, o FUNRURAL.

A resistência a esta política de colonização agrícola e de clientelismo não esmoreceu durante a década de 1970. Já em 1968, houve novas eleições para a CONTAG — Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, resultando numa diretoria comprometida com as reivindicações dos trabalhadores rurais. O Movimento Sindical rural ampliou-se e organizou o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, reunindo sindicatos de todas as regiões do país. Em 1975, foi organizada a Comissão Pastoral da

Terra, a partir de uma experiência de missionários e agentes pastorais na Amazônia, que se tornaria uma importante força de mediação e apoio às lutas sociais no campo. No III Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em 1979, delegados de dois mil e quinhentos sindicatos pediam uma reforma agrária imediata, massiva e radical. Desde então, o movimento sindical dos trabalhadores na agricultura passou a desenvolver uma prática mais próxima dos problemas dos trabalhadores, tentando mobilizações efetivas e ligando as ações sindicais com as questões do conjunto da sociedade.

Em 1955, formou-se a Liga Camponesa do Engenho da Galiléia, em Pernambuco, agrupando cerca de 1.000 foneiros. Em 1985, realizou-se em Brasília o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, reunindo 4.100 delegados de 2.600 sindicatos e de 20 federações, representando cerca de 8 milhões de camponeses (pequenos proprietários, pequenos arrendatários, meeiros, colonos e posseiros) e trabalhadores assalariados rurais, permanentes e temporários. Definiram uma vez mais sua principal reivindicação: que o governo tomasse a decisão política imediata de implantação da Reforma Agrária, anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe.

Pode-se, então, reconhecer a emergência e consolidação de um movimento social de camponeses e trabalhadores rurais: consiste no produto da multiplicidade de lutas sociais que se organizam em todas as regiões brasileiras. Tais lutas sociais podem ser ordenadas segundo três eixos principais, os quais somente podemos indicar em termos sumários. Primeiro, as lutas dos assalariados agrícolas, permanentes e temporários, que reivindicam melhorias salariais, condições de trabalho mais adequadas bem como o respeito à legislação trabalhista. Tais ações coletivas têm sido organizadas por sindicatos locais, sobretudo nas regiões da grande produção: as zonas cafeeiras (em São Paulo e no Paraná), de cana-de-açúcar (em São Paulo, Rio de Janeiro e na Zona da Mata Nordestina), de produção de cacau (no Sul da Bahia) e de plan-

tação de laranja (em São Paulo).

O segundo eixo refere-se às lutas sociais desencadeadas em torno das condições de comercialização dos produtos agrícolas, cujas reivindicações são de melhores preços para os produtos agrícolas; transparência nos critérios de classificação das matérias-primas pelas agroindústrias e exigência de uma redução nos preços dos insumos de origem industrial. Tais lutas pelo valor do produto são protagonizadas por pequenos e médios produtores, organizadas por sindicatos locais, desde a metade dos anos de 1970, nas regiões meridionais do País. Além de iniciativas de ordem econômica, as associações começam a romper a dependência dos pequenos produtores face aos comerciantes locais, chegando a assumir um papel de representação política de seus associados diante das agências estatais. Em uma outra situação, o mesmo fenômeno acontece: trata-se de camponeses que têm vínculos contratuais, verbais ou escritos, com agroindústrias, cujas lutas sociais também resultaram novos modos de organização, sendo notável a formação de sindicatos regionais por produto, tal como o sindicato dos produtores de fumo, criado no Rio Grande do Sul, em 1989.

O terceiro eixo consiste nas lutas pela terra, protagonizadas por vários tipos de agricultores: a categoria política dos camponeses sem terra (posseiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de minifundistas e assalariados temporários) e os vários grupos de camponeses ameaçados de expulsão pela construção de barragens hidroelétricas (como tem ocorrido na Bahia, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Rondônia). As formas de mobilização mais acentuadas são os acampamentos à beira das estradas e as ocupações de terras públicas e de terras privadas improdutivas. Porém, em todas as situações, os sindicatos e federações foram suplantados pelas comissões de base, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra. Em 1984, foi organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em termos globais, pode-se perceber que as diversas lutas sociais no campo desencadearam mudanças no sindicalismo de trabalhadores rurais, no sentido

de que superassem as visões assistencialistas, submissas às políticas de clientela e de cooptação estatal, e passassem a desenvolver um sindicalismo reivindicativo. Ao mesmo tempo, essa vaga de ações coletivas no campo permitiu a identificação de adversários comuns: os grandes proprietários de terra, as empresas agroindustriais nacionais e internacionais, e as diversas agências do estado.

Com a posse do governo civil da “Nova República”, em 1985, todas as forças políticas que tinham participado da transição democrática aguardavam as medidas de política agrária. Durante o 4º Congresso da CONTAG, o ministro Nelson Ribeiro apresentou a “Proposta para o I Plano Nacional de Reforma Agrária”, cujo objetivo central era desapropriar as grandes propriedades improdutivas e nelas assentar populações rurais — trabalhadores sem terra, posseiros, arrendatários, parceiros, minifundistas e assalariados agrícolas — perfazendo uma meta global de instalar 1 milhão e 400 mil famílias entre 1985 e 1989. A estratégia escolhida para obter as terras necessárias era a da “desapropriação por interesse social” das propriedades “improdutivas”, com a previsão de um montante de 410 milhões de hectares de terras pertencentes a proprietários privados latifundiários e outros 71 milhões de hectares de terras públicas.

Tal proposição foi aprovada pelas diversas correntes do movimento dos camponeses e trabalhadores rurais, CONTAG e M.T. Sem Terra, e por entidades como a CPT e a ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária. Dos partidos políticos, apenas o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, mais a “ala autêntica” do PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Por outro lado, os adversários da Reforma Agrária mobilizaram-se rapidamente: a burguesia agrária organizou uma reunião em Brasília, em junho de 1985, contrária à desapropriação dos “latifúndios improdutivos”.

Todo o período compreendido entre os meses de maio e outubro daquele ano foi marcado pela reação da burguesia agrária e dos militares contra a pro-

posta feita pelo ministro Ribeiro. Ao ser assinado o I Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA, em outubro de 1985, uma série de inversões transfiguraria a proposta inicial. Agora a principal estratégia seria a negociação e o acordo com os proprietários; as propriedades com arrendatários e parceiros não poderiam ser expropriadas, e as benfeitorias deveriam ser pagas pelo Estado em dinheiro, enquanto que as terras o seriam por “títulos da dívida agrária”.

Entretanto, todas as tentativas de aplicação do I PNRA não foram além de 1987, pois não só as modificações institucionais foram minando a capacidade política de sua operacionalização, terminando pela CONTAG retirar sua atitude favorável às tentativas do MIRAD — Ministério da Reforma Agrária, de implementar os assentamentos. Entretanto, tal processo de esvaziamento não foi senão o efeito de ações políticas no campo dos conflitos agrários. Do lado dos camponeses e trabalhadores rurais, a diversidade de suas lutas sociais pode fazer com que as reivindicações por terra, pelo valor do produto e pelas condições de trabalho alcançassem audiência no conjunto da sociedade brasileira. Pelo lado da burguesia agrária, tanto ela utilizou suas alianças com os grupos dirigentes, civis e militares, quanto fez se desencaixar novas formas de violência no campo.

A violência no campo representa uma forma de exercício do poder local, utilizada pelos proprietários de terra para garantir sua posição de classe, pois, nos momentos em que a forma de dominação por clientela não mais se revela eficaz para garantir a ordem privada, efetiva-se o trânsito para a violência como forma de dominação. Entretanto, o caráter dessa violência também se transforma: da violência costumeira, incorporada às relações de trabalho na agricultura, desde o período escravocrata, passa-se a uma violência política, cujos traços marcantes são a liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, com a impunidade dos mandatários. Exatamente no período em que se debatia a redistribuição fundiária no país, entre 1985 e 1989, manteve-se elevado o número de

conflitos pela terra, assim como os assassinatos: 636 conflitos, com 125 mortes, em 1985; 634 acontecimentos, com 105 mortos em 1986; outros 582 conflitos, com 109 assassinatos em 1987; novamente 621 conflitos pela terra em 1988, com 93 mortos; e, finalmente, o registro de 500 conflitos pela terra, com 56 assassinatos, em 1989. Esses acontecimentos se estendem por todas as regiões brasileiras, concentrando-se nas regiões Nordeste (principalmente na Bahia, no Maranhão e no Ceará) e Norte (em particular, no Pará, Acre e Tocantins).

O objetivo estratégico dessas ações violentas consiste não apenas em expulsar os camponeses posseiros das terras onde têm morada habitual e trabalho regular, mas fundamentalmente em tentar solapar as possibilidades da organização social e política das populações rurais que protestam, pois seus principais alvos são personagens capazes de protagonizar ou mediar ações coletivas, de cujas táticas fazem parte as ameaças, as intimidações e mesmo as mortes anunciadas, ao nível local e até pela imprensa. A quase absoluta impunidade de executores e mandantes vem a revelar a violência como forma de dominação, com a conivência, senão participação, do aparelho policial civil e militar, conivência que se faz sentir também no Poder Judiciário.

Nessa mesma época, quando a propriedade fundiária parecia ameaçada, a burguesia agrária constituiu uma nova forma de organização, a U.D.R. - União Democrática Ruralista. A oposição frontal à proposta de reforma agrária, e a crise de representação política das organizações então existentes, levaram uma fração da burguesia rural a lançar-se em uma ampla mobilização em várias regiões do País: eram proprietários de grandes e médias fazendas de soja, de trigo e de arroz, e pecuaristas de distintos perfis tecnológicos. Procuravam sempre afirmar uma identidade social de “produtores rurais modernos”, no que eram reforçados pela larga experiência em profissões liberais urbanas de seus dirigentes. Conseguindo proclamar 300 mil associados em 1989, sua notabilização resultou do afrontamento, por vezes armado, nos embates fundiários, com dois

adversários: o M.T. Sem Terra e os membros da Igreja ligados à teologia da libertação. Dessa forma, a U.D.R. procurou ampliar sua respeitabilidade junto às entidades da burguesia comercial e industrial, unidas em nome da defesa do “direito de propriedade” e da “iniciativa privada”.

Marcando o desfecho dessa conjuntura de conflitos sobre a apropriação da terra, os acontecimentos que se desenvolveram durante a Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, expressam as origens agrárias das formas de dominação vigentes na sociedade brasileira. Todas as organizações políticas acima mencionadas lá estavam presentes, com a U.D.R. assumindo um papel de ponta, para defender posições muito precisas: a inclusão da reforma agrária em uma política de desenvolvimento agrícola; e a salvaguarda das “propriedades produtivas”, com o que definiam as terras públicas como o fundo privilegiado para o assentamento de agricultores, significando, realmente, um retorno a uma política de colonização. Eram, enfim, favoráveis à expansão de uma agricultura tecnologicamente moderna e mercantilizada. Após ter provocado grandes impasses no período das votações, mais do que em qualquer outro item da pauta, as organizações da burguesia agrária conseguiram ser vitoriosas em suas propostas contra a redistribuição fundiária e em defesa da propriedade rural, pois a Constituição Federal de 1988 terminou por impedir a desapropriação para fins de reforma agrária não só da pequena e média propriedade rural, mas também da “propriedade produtiva” (Art. 185). Dessa forma, a mobilização política das organizações da burguesia agrária, secundadas pelo emprego da violência contra as populações rurais organizadas, conseguiu alianças com os setores de direita no Congresso Nacional, fazendo com que a possibilidade de uma redistribuição fundiária permaneça ainda longínqua na sociedade brasileira.

As realizações do I Plano Nacional de Reforma Agrária são reveladoras das formas de dominação vigentes na sociedade brasileira contemporânea. Se o objetivo inicial fora assentar um milhão e

quatrocentas mil famílias, de 1985 a 1989, os dados oficiais indicam o irrisório número de 44.165 famílias instaladas, até fevereiro de 1990, em 515 programas de assentamento, os quais cobrem 4.537.983 hectares. Do ponto de vista regional os assentamentos foram realizados sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte. O denominado “Complexo Contag”, corrente sindical ligada à diretoria da confederação nacional, foi a que mais sustentou o I P.N.R.A., até os decretos de outubro de 1987; contudo, não conseguiu evitar uma profunda crise de sua legitimidade, dado que mais uma vez parece ter funcionado a política de cooptação, e as bases sindicais começaram a ser atraídas por outras correntes do movimento sindical.

O processo de organização dos agricultores precisa ser situado no contexto da formação social capitalista dependente no Brasil. A estrutura tão desigual e conflitiva dessa formação social obriga a separar as organizações das classes dominantes agrárias daquelas formadas pelos camponeses e trabalhadores rurais. Para aqueles, as formas de organização são muito mais antigas, datando do fim do século dezenove. Para estes, se suas formas de protesto foram diversificadas — suas possibilidades de articulação regional e nacional somente se realizam a partir dos anos 50. Essa diferença entre os períodos de fundação das organizações rurais seria, por si só, reveladora das formas de dominação política na sociedade agrária brasileira: por um lado, as classes dominantes sempre utilizaram como tecnologia de poder e clientelismo e a violência costumeira e política; por outro, o Estado recorreu sistematicamente a uma política de colonização de novas terras, modo de programar a disciplinarização das populações rurais e de contornar as pressões por uma redistribuição fundiária. Em suas trajetórias ao longo deste século, os camponeses e os trabalhadores rurais forjaram lutas sociais diversificadas, lutas pela terra, pelo valor do produto e pelos direitos do trabalho, reivindicando assim direitos de cidadania e ajudando a construir o inacabado processo de democratização da sociedade brasileira.

NEOLIBERALISMO & SEPARATISMO CONTEMPORÂNEO

TAU GOLIN*

Existe um movimento articulado entre os proprietários rurais em defesa do neoliberalismo? Essa pergunta tem sido feita, seguidamente, na tentativa de investigar um correspondente pastoril para o fenômeno urbano de grande propaganda do capitalismo “modernizante”, representado na consigna de um novo liberalismo. Essa é uma indagação difícil. Os grupos diretamente vinculados aos interesses agropastoris expressam uma visão social retrógrada em relação a outras correntes capitalistas.

O neoliberalismo, para eles, é, não raramente, mais um cartucho ideológico na defesa de seu *status quo*. Uma pergunta que exige resposta no âmbito das idéias soa especulativa, pois aqueles que são o objeto da investigação não possuem órgãos exclusivos de expressão que, num patamar abstrato, representem a *idealização* de seu mundo. A Farsul, como órgão de classe, vincula-se à tradição corporativa, defendendo seus interesses econômicos — com o discurso economicista e reivindicativo de subsídios e garantias ao estado. Representa uma classe privilegiada, responsável, historicamente, pela edificação desse estado que, é óbvio, possui alguns se seus traços *fisiológicos*.

A UDR é uma organização política e paramilitar. Dá continuidade à tradição latifundiária. Todavia, agora, asso-

ciada à hipocrisia e à intolerância dos *novos ricos*. Esses, ao ingressarem na classe latifundiária tradicional, têm se revelado os mais grosseiros e violentos para com os seus “antigos companheiros”. Um traço inescandível do *novo rico* é a sua descendência imigrante. Há não mais que duas gerações, ainda integravam o colonato. Digamos, resultado de um projeto *positivista* de distribuição de glebas, do qual foram *beneficiados*. A reforma agrária não é mais que uma versão atual do processo de colonato. Como no passado, hoje representa uma medida social e econômica modernizante dentro dos marcos da sociedade capitalista.

É uma alternativa do capital para aumentar a produção e desenvolver as relações econômicas. Sob todos os discursos lógicos da sociedade burguesa, a secularidade do monopólio da terra é um entrave ao desenvolvimento. A revolução tecnológica, as engrenagens que combinam “trabalho doméstico” e indústria, robotização e trabalho braçal,

* **Jornalista e escritor. Autor de A ideologia do gauchismo; A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul; Por baixo do poncho; Sepé Tiaraju; III Internacional Comunista e Bento Gonçalves, o herói ladrão.**



etc..., têm, em amplos setores do campo, forças retrógradas de tensão. Um latifúndio exportador capitalista dependente situa-se numa lógica que não atende às necessidades sociais da relação produção primária com a indústria e mercados.

De qualquer forma, o atraso intelectual e falta de convicções de desenvolvimento moderno não produziram, ainda, nenhuma fricção política entre as classes proprietárias. Os setores urbanos sabem que todos os países desenvolvidos, cujo maior exemplo é o Japão monárquico, “revolucionaram” (ou adequaram) seu desenvolvimento tendo na reforma agrária um dos componentes principais de suas estratégias de modernização. Mas o Rio Grande do Sul ainda é um fenômeno em que o berro do boi lerdo se expressa nos “bytes” dos computadores. A agroindústria, principalmente, encontra-se numa relação conivente. O fenômeno de apatia e coesão político-ideológica das classes proprietárias, conseqüentemente, impede o surgimento entre suas frações da compreensão de que algumas esferas dessa aliança são mais inimigas da idéia de capitalismo do que muitos setores do proletariado, contra quem jogam todo seu ódio de classe.

A realidade das classes proprietárias encontrou no discurso neoliberal a grande cortina de fumaça para perturbar a visão daquilo que é divergente. Os setores do campo não têm nele a sua principalidade, mas também, em muitos casos, utilizam-no para a propaganda. De qualquer forma, a tradição liberal não pertence ao latifúndio. Historicamente, teve com ele tensões significativas. A tradição liberal — em qualquer de suas linhas — pertence à burguesia urbana. Desenvolve-se apenas em alguns círculos industriais e, fundamentalmente, comerciais, além de contar com uma gama de acadêmicos encarregados de sua defesa na mídia. Ela não existe intrinsecamente vinculada à ideologia dos proprietários fundiários riograndenses.

O campo ainda possui uma resistência de princípio à essencialidade do libe-

ralismo. As organizações fundiárias relacionam-se com o estado para “garantir” interesses corporativos que vão desde o poder de polícia — manter a integridade da propriedade — até a “competitividade subvencionada aos seus produtos ou reserva de mercado”. Não raro, são completamente ignorantes sobre os debates das correntes liberais. Seus discursos buscam garantir os privilégios do estado e, ainda na lógica da guerra fria, espantar os fantasmas da ameaça socialista.

O discurso propagandístico neoliberal estabelece como contradição principal o estatismo versus o mercado, pregando a existência de um estado mínimo, que não intervém na economia. É um movimento que não retorna à distinção entre estado (instância da política) e sociedade civil (instância da economia), um dos nexos do liberalismo clássico. A economia (e a sociedade), reduzida às leis do mercado, “enfraquece a opinião pública, como sede do juízo moral”, conforme lembra Nicola Matteucci. Nisso está toda a pobreza e desatualidade do neoliberalismo ao optar pelo mercado em lugar da sociedade civil na oposicionalidade ao estatismo. O estado-capitalista-industrial, integrado aos monopólios, ainda desenvolve conexões fundamentais ao neoliberalismo. Mercado e estado permanecem interligados na defesa do capital, determinando um tipo de sociedade cuja tensão estaria na esfera da sociedade civil. A escolha da sociedade civil como instância de resposta às questões da justiça e da segurança social — inclusive “reabsorvendo” o estado — está em contradição com a práxis do “neoliberalismo” sulista.

Um dos temores fundiários em relação ao debate proposto pelo neoliberalismo diz respeito à centralidade do estado. Ninguém melhor do que eles para saber que o estado, historicamente, possui um vínculo direto na ocupação da terra. O modelo contemporâneo descende da velha distribuição de sesmarias. Latifúndios onde se conformaram gerações de uma classe que descende de senhores de

escravos, caudilhos, estancieiros “refratários” (termo da preferência do Érico Veríssimo), culturalmente vinculados à Contra Reforma. Ou seja, a espiritualidade medieval da Inquisição se mantém pelas ligaduras culturais e ideológicas articuladas no imaginário do campo. Vem dele, por exemplo, um dos maiores movimentos tradicionalistas do mundo. Um terço da população rio-grandense pertence a entidades que cultuam, mediante a reprodução imaginária, o “universo estancieiro”. Esse fenômeno reúne todas as classes contemporâneas para idealizarem o *estádio* inaugural da sociedade rio-grandense, na reprodução cultural de uma perdida idade de ouro, dignificada em “patrões, capatazes, sota-capatazes, agregados, posteiros, peões, prendas”, etc...

A discussão sobre o liberalismo tem sido uma das mais difíceis. Em todas as partes do mundo, esteve vinculado às realidades. No Rio Grande do Sul, não poderia ser diferente. Metodologicamente, só pode ser dimensionado no universo das relações concretas. Por essa razão, a historicidade rural precisa chamar o discurso “abstrato” à dimensão real de seus articuladores. Simon Bolívar pertenceu ao movimento liberal de sua época. Mas as idéias de Bolívar colocam-se numa tradição que não estabelece conexões com a burguesia rural rio-grandense, que busca, conscientemente, sua descendência no senhor de escravos, contrabandista, saqueador, latifundiário e politicamente confuso Bento Gonçalves. Um anti-liberal que durante a Revolução Farroupilha utilizou o parlamento para suspender as garantias individuais de seus correligionários e persegui-los.

A pergunta sobre o perfil do liberalismo no espectro da tradição fundiária vai encontrá-lo integrado à reação ideológica da direita terceiro-mundista — cuja história recente já dá uma dimensão de sua brutalidade e anti-humanidade. Esse é o seu aspecto concreto. Todavia, por força cultural, a realidade também produziu a sua caricatura: as seguidas escaramuças separatistas onde se pensa um

novo país impulsionado pela tradicionalidade. É interessante perceber como se articula esse movimento, pois, ao desprender-se do seu universo, permite, contraditoriamente, a sua revelação.

Eles se inspiram na aventura histórica de uma parcela dos estancieiros do século XIX e, ao mesmo tempo, na imagem idealizada de países europeus. Entre o passadismo e o futurismo está ausente a concretude social do povo. Entretanto, ao contrário dos antigos farroupilhas, que desejaram, por breve momento, a sua República de Proprietários abrangendo apenas o território de criação de gado, os separatistas contemporâneos pensam em transformar os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina — além de sonhar com a integração do Paraná — num país autônomo. Tudo já está projetado.

Para uma das correntes separatistas, esse país da imaginação seria denominado *República do Pampa Gaúcho*. Há quem diga que em documentos não-oficiais eles já se identificam como habitantes dessa utopia antibrasileira. Os habitantes não serão rio-grandenses ou catarinenses, mas sim adotarão a nacionalidade de *gaúchos*, distribuídos em onze províncias federadas. Os moradores de Soledade a Encruzilhada do Sul, tendo ao centro Santa Cruz do Sul, ainda não sabem que pertencerão à *Província da Lúvia*. De Bom Jesus a Tavares, incluindo todo o litoral, os municípios formarão a *Província Açoriana*. A grande Porto Alegre, é óbvio, será o Distrito Federal. Olívio Dutra, nesse sonho, seria um dos últimos prefeitos da capital do Rio Grande do Sul.

Confusão é o que não falta na nova nomenclatura. São Borja e S. Antônio das Missões, dois municípios que têm suas origens nas Missões Jesuíticas, de população guarani, estarão na *Província Charrua*. De Irai a Vacaria será a *Província da Sepévia*. Restando ainda, entre outras, *Missões*, *Rio-Grandense*, *Piratini*, *Juliana*, *Nova Teotônia* — as duas últimas em Santa Catarina.

O sistema de governo do *Pampa* es-

tá pensado como presidencialista. E o sistema ideológico, como se ideologia pudesse ser pré-fixada por decreto, definido — pasmem! — como *social evolutivo*, novo classificativo do liberalismo. Todos os símbolos já foram criados.

O *Movimento* não pensa em edificar um país terceiro-mundista, algo próprio do estilo gauchesco, bronco, grosseiro e vulgar. Seu espelho é o que existe de mais avançado na Europa.

Todavia, como os farroupilhas do século passado estiveram divididos entre os projetos monarquistas-liberal e republicano, os separatistas atuais também possuem concepções divergentes. O *Movimento Separatista do Pampa Gaúcho*, que existe há mais tempo com articulações suprapartidárias, classifica o *Partido da República Farroupilha* de oportunista. O PFR é menos abrangente e mais preso à tradição gauchesca. Propugna pela “soberania e independência do Estado”, o qual pode se federar com aqueles outros que desejarem.

O *Movimento* possui em torno de 60 comissões separatistas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São coordenados por um Comitê Central e reúnem-se regularmente no chamado *Parlamento Nacional Pampeano*. Seus ideólogos prometem um país com economia inspirada na Áustria, Suíça e Alemanha. O programa social é um ponto de fricção entre os dois grupos. Enquanto os farroupilhas estão mais presos ao latifúndio, o *Movimento* declara que a grande estância pertence ao passado. Pregam a *reforma agrária* e em seu *anteprojeto constitucional* consta que a “propriedade não deve ultrapassar os cem hectares”. Diz que vai acabar com a exploração imobiliária e defende a reforma urbana.

O *Movimento Separatista do Pampa Gaúcho* acredita que vai conscientizar a maioria da população até o plebiscito de 1993 e atingirá às três milhões de assinaturas necessárias para ingressar com uma emenda constitucional. A estratégia separatista prevê a formação do novo país para outubro de 1995. Entretanto, se não conseguir nesse primeiro momen-

to, continuará trabalhando.

Aparentemente, o novo país é uma impossibilidade. Não existe base material para se confirmar. As elites estão afastadas dessa discussão. Mesmo os tradicionalistas orgânicos, que sempre fizeram a *ideologia da separação*, rejeitam a *nova República*. Mas esse fenômeno não se constitui apenas numa demência. Os indivíduos do movimento separatista exercem sua atividade num “imaginário possível”. Socialmente, eles vêm das classes intermediárias e com um discurso, no caso do *Movimento*, de *redenção progressista*. As pesquisas sobre o sentimento separatista demonstram um *lastro favorável* à sua idéia de um arraigado sentimento chauvinista das camadas populares.

Uma reflexão além da ironia, ao constatar que o separatismo não possui viabilidade concreta, deve reconhecer que o caldo de cultura existente lhe dá a expressão de um movimento cultural. Milhares de pessoas exercitam-se na imaginação separatista. Resta saber se a sua dimensão permanecerá encerrada na alienação escapista, fazendo com que as mentes de milhares de pessoas encontrem nele um distanciamento da realidade, ou se esse movimento, de alguma forma, volta-se para o mundo concreto mais incisivamente.

Esses acontecimentos sociais são as peripécias singulares oferecidas pelo neoliberalismo às ciências sociais.



Conflito na praça da matriz, Porto Alegre, em 8 de agosto de 1990.

SEM TERRA E SEM ESPAÇO NA MÍDIA

CARLOS WAGNER*

A luta pela terra no Rio Grande do Sul é a mais sofisticada do Brasil. E também violenta. Só que a violência por aqui é diferente no norte do país. Lá é uma luta aberta de tiroteios. Lideranças sindicais são encontradas mortas nas beiras das picadas quase todos os dias. Segundo relatórios da Anistia Internacional e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos últimos dez anos, 1.500 sem-terras foram mortos. Meia dúzia de pistoleiros foram presos e uma quantidade ainda menor de mandantes. O caso Chico Mendes foi uma exceção. A opinião pública mundial e nacional colocou o Governo Federal e o do estado do Acre contra a parede: o crime foi esclarecido e os culpados, punidos.

A opinião pública resolveu essa parada. Sua força é conhecida pelos sem-terras e pelos fazendeiros gaúchos. É pelo apoio dela que as batalhas são travadas. Se o sem-terra ou o fazendeiro for isolado, politicamente, perante a opinião

pública, está liquidado. Há episódios que mostram isso: em 1985, o fazendeiro Vally Albrecht, de Carazinho, gritou aos quatro ventos que estava formando o Pacto de Unidade Rural (PUR), que tinha a missão de defender as terras das invasões de colonos, tomando a lei nas mãos. Ele tinha montado uma espécie de "Republiqueta" dentro de Carazinho. A idéia do PUR tinha sido do fazendeiro Félix Guerra, inimigo mortal dos antigos militantes do PTB. Carazinho é terra de Leonel Brizola. Era esse o ponto frágil do PUR. Os sem-terras têm uma base multipartidária. Naqueles tempos sopravam os "ventos da abertura política". Albrecht e seus seguidores foram taxados de "revanchistas". E o PUR, que tinha surgido antes da UDR, morreu na casca.

TROCO

O troco veio. Em 1985, 500 famílias de sem-terras ocuparam a Fazenda Annoni, em Sarandi, a poucos quilômetros de Carazinho. A desativação do PUR foi fundamental para essa ocupação, segundo lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No segundo ano de ocupação, os fazendeiros, aliados com alguma ala do Governo do Estado da época, conseguiram infiltrar gente dentro do acampamento e sequestraram a divisão. Houve um escândalo. Lideranças dos sem-terras foram acusadas de autoritárias, o acampamento fi-

* Jornalista, repórter especial do jornal Zero Hora, de Porto Alegre.

cou com duas direções. E a opinião pública, que até ali tinha nos acampados da Annoni o símbolo da luta pela terra, recusou. Resultado: até hoje ainda há gente acampada lá, esperando terra. Graças a essa divisão, que levou à perda do poder de reivindicação dos acampados e ao seu isolamento político, 30 pessoas morreram, neste período, esperando terra. A maioria, crianças, por desnutrição.

Nem um tiroteio teria tal resultado. O fazendeiro de Cruz Alta, Carlos Alberto Facchi, há muito sabe que a luta pela terra deslocou-se dos enfrentamentos cara a cara com os sem-terras para a mídia. Ele produziu jornais, vídeos e programas de rádio mostrando a visão dos fazendeiros do problema. A União Democrática Ruralista (UDR), que tinha aparecido na mídia vendendo a idéia de ser “apartidária”, cometeu um erro: lançou o seu líder, o médico Ronaldo Caiado, à presidência da República. Os líderes da UDR desprezaram toda a pregação que tinham feito, anteriormente, de que “todo político era sem vergonha”. Resultado: a UDR desapareceu. No Rio Grande do Sul, as bases isolaram-se.

FUNDO

A opinião pública gaúcha tem sido muito severa com essas coisas. E deu o troco. Os sem-terras fizeram uma ocupação na Fazenda Bacaraí, em Cruz Alta, e conseguiram negociar a montagem de um acampamento no interior do município. Isso nunca tinha acontecido antes. Houve espaço político para isso. Desse acampamento saíram colonos que participaram de dezenas de ocupações e atos políticos. Inclusive o ato da Praça da Matriz, onde o brigadiano Valdeci Lopes Abreu foi morto.

Tal episódio resultou em um inquérito policial de qualidade muito duvidosa que mantém presos os colonos Odone Bento, Augusto Moreira, José Carlos Gowaski e Otávio Amaral. Segundo o jurista Hélio Bicudo, eles estão presos injustamente. Houve uma série de equívocos nas informações dadas à opinião pública a respeito do caso. Ele foi um divisor de águas na luta pela terra no território gaúcho.

Até a Praça da Matriz, havia uma preocupação do sem-terra em ocupar uma terra com uma enorme quantidade para ter mais força na resistência. Agora, eles sabem que houve um afunilamento na luta. E isso tem tornado mais difícil o acesso deles aos meios de comunicação. Graças a isso é que a morte do colono Neuroni Machado, na ocupação da Fazenda São Pedro, em Bagé, ficou sem culpado. Mais ainda: o brigadiano que deu um tiro na cabeça do colono Ivo Lima ainda não foi punido. É dentro desse pano de fundo que os sem-terras começam a mudar suas estratégias de lutas.

ESTRATÉGIAS

Os sem-terras sabem que o caminho para abrir espaço nos meios de comunicação é receber, de maneira concreta, o apoio de outros trabalhadores. Isso fez com que a política de alianças, que até a Matriz era mais uma conversa ao lado do fogão, se tornasse uma prática. O movimento SOS Agricultura foi uma prova disso. Houve uma aliança entre pequenos proprietários e sem-terras para lutar contra os efeitos da seca. De uma certa maneira, essa aliança deverá funcionar na hora das ocupações.

Da parte dos fazendeiros, há uma reação. Eles começaram a exigir que o Estado cumpra o seu papel. Desorganizada, a UDR hoje atua mais a nível de fornecer informações duvidosas à imprensa, como quando denunciou a “presença, em Bagé, de um ônibus de guerrilheiros vindos da Nicarágua”. Claro que isso nunca aconteceu. Mas os jornais noticiaram. E jamais explicaram à opinião pública o absurdo desta “notícia plantada”.

Essa aliança entre fazendeiros e o estado sempre existiu. A Brigada Militar e os órgãos ligados às questões agrárias têm demonstrado isso. É bom lembrar que a estrutura administrativa do Rio Grande do Sul foi erguida pelos fazendeiros. O governador dá uma ordem, ela chega na outra ponta atrasada. Ou completamente descaracterizada.

SUJEIRA

Mas há uma coisa que essa aliança

não vai poder esconder da opinião pública para sempre. O absurdo do país, em particular o Rio Grande do Sul, chegar ao final deste século sem resolver o problema da terra. Há milhares de estudos científicos que apontam a solução dos graves problemas de superpopulação das cidades brasileiras e a fixação do homem do campo.

Essa fixação não acontece. E, como consequência, há uma alta taxa de criminalidade com favelas para todos os lados. O número de mortes que isso gera é superior a várias guerras. Há o entendimento, hoje, entre as lideranças dos sem-terras, que os crimes no campo não são apenas aqueles causados pelas balas dos pistoleiros. Mas também devem ser somados os que morrem de fome nas favelas das grandes cidades. Tudo isso começa na roça. Não são coisas isoladas. Nessas vítimas também estão os mortos em tiroteios e assaltos. Há uma enorme quantidade de pesquisas mostrando que as raízes do caos que são hoje as grandes cidades brasileiras começam no campo.

As lideranças empresariais mais evoluídas sabem disto. A limitação do mercado interno brasileiro começa na estrutura agrária atrasada do país. Costumam afirmar que em todos os países do mundo a migração do campo para a cidade é uma realidade. Apontam os Estados Unidos como exemplo. Correto. Só que lá houve uma reforma agrária, feita à baia.

No Brasil, houve uma chance histórica de encaminhar uma reforma agrária de maneira pacífica: foi na elaboração da Constituição. Foi jogada fora. Hoje, sem-terras e fazendeiros sabem que as coisas serão decididas no “corpo a corpo”.

Certa vez, um jornalista europeu perguntou uma definição para acampamentos de sem-terras. Eu disse que era mais ou menos como aqueles campos de refugiados africanos, onde as pessoas morrem de fome. Ele compreendeu. Essa é uma verdade a respeito do Brasil que corre o mundo.

REFORMAS AGRÁRIAS QUE DERAM CERTO

JOSÉ ELI DA VEIGA*

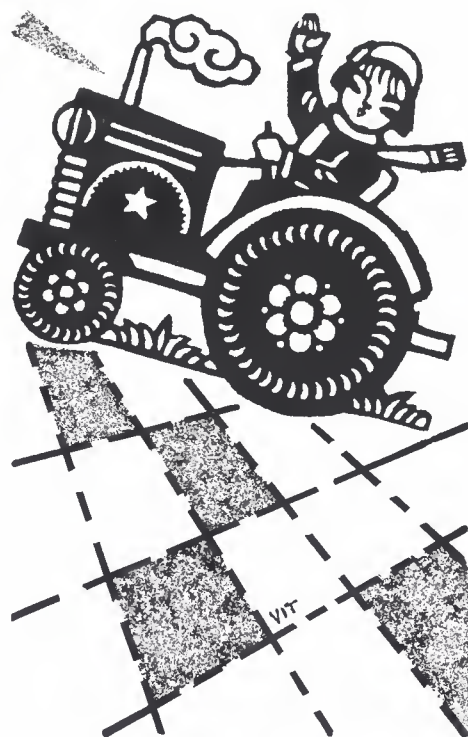
Não pode existir qualquer consenso sobre a lista das reformas agrárias que “deram certo”. E a razão é óbvia. Existem muitas concepções sobre os efeitos esperados com a implementação de programas desse tipo. Por exemplo, há quem considere que uma reforma agrária só dá certo quando liberta o trabalhador rural da exploração. Sob esse prisma, pode-se afirmar, com tranquilidade, que, em nossa época, nenhuma deu certo. Até os agricultores chineses continuam a se matar de trabalhar para terem um medíocre padrão de vida e transferirem um brutal excedente econômico que ajuda a financiar um estilo de desenvolvimento que está muito longe de ser democrático, socialmente adequado ou ecologicamente sustentável.

No extremo oposto, há quem considere a reforma agrária como uma política de assistência social. Em vez de lidar com miseráveis migrantes nas grandes cidades, arranja-se uma pequena chácara aos sem-terras mais ariscos para que consigam subsistir, aliviando, dessa maneira, a pressão sobre o sistema previdenciário, a demanda habitacional, a criminalidade urbana, etc. E esse tipo de reforma ainda tem a vantagem de gerar inúmeras possibilidades de fisiologismo, encabrestamento eleitoral, etc. Sob esse prisma,

até a reforma agrária da chamada Nova República pode ser considerada, parcialmente, exitosa...

Todavia, quem adota uma perspectiva histórica e tenta entender o efetivo papel sócio-econômico das reformas agrárias realizadas no século XX, percebe, sem grande dificuldade, que se trata de um programa de adaptação de estruturas fundiárias às exigências do desenvolvimento. As reformas que “deram certo” foram aquelas que liquidaram entraves à expansão das forças produtivas do trabalho e criaram condições propícias à acumulação intensiva e socialmente articulada, isto é, o que Gramsci chamou de “fordismo”. Nesse sentido, as reformas agrárias que mais “deram certo” foram a do Japão, a da Coreia do Sul e a de Taiwan.

A reforma agrária japonesa consistiu, essencialmente, na desapropriação de mais de 1/3 da área agrícola e na transferência da propriedade de mais de 90% desse total a agricultores sem terra ou com pouca terra. No total, mais de 4 milhões de famílias agricultoras foram beneficiadas pelo programa. O preço da terra foi congelado ao nível em que se encontrava no outono de 1945. Com a feroz inflação do pós-guerra, essa medida representou uma extraordinária transferência de renda aos agricultores, pois tiveram longos prazos de pagamento, sem



* Economista, professor da FEA/Universidade de São Paulo-USP.

qualquer correção monetária. Ao mesmo tempo, os ex-proprietários das terras distribuídas foram vítimas de um quase-confisco, já que receberam indenizações absolutamente irrisórias.

Em 1945, o preço médio da terra, fixado pela legislação agroreformista, equivalia a cerca de 2,5 vezes o valor da produção média de arroz que ela permitia obter. Em 1950, bastava 6% desse valor para pagar a terra. Em outras palavras, em 1945, uma parcela de 10 ares que produzisse 300 quilos de arroz valia 760 yens, isto é, o preço de 760 quilos de arroz. Em 1950 seu valor correspondia a apenas 18 quilos de arroz. Desnecessário insistir, portanto, na idéia de que a reforma agrária japonesa alterou drasticamente o padrão distributivo no setor, reduzindo a 3% a parte transferida via aluguéis, enquanto essa espécie de "tributo" havia representado 20% no imediato pós-guerra e 50% entre a Revolução Meiji e a década de 20. Como consequência, melhorou sensivelmente o nível de vida da massa dos agricultores, e foi fortemente estimulado o investimento.

Da mesma forma, o efeito da reforma agrária taiwanesa sobre a distribuição de riqueza foi extremamente significativo. Os proprietários fundiários foram recompensados na base de 2,5 vezes o valor da colheita da principal cultura, sendo que no período 1914-43 o valor médio das terras de arroz oscilava entre 4 e 6 vezes o valor de sua produção. Calcula-se que a reforma transferiu aos agricultores uma soma equivalente a 13% do PIB de 1952.

No caso coreano, a diferença fundamental foi o fato das circunstâncias políticas terem levado o governo a uma posição ainda mais drástica que as propostas americanas adotadas nos dois casos já mencionados. Em vez de indenizar os proprietários na base de 3 vezes o valor da produção média da terra, a relação foi reduzida a 1,5 e estipulado prazo de 5 anos para a efetivação do pagamento. Ao mesmo tempo, o valor dos títulos uti-

lizados para a indenização deteriorou-se com extrema rapidez, chegando logo a 10% de seu valor nominal. Assim, estima-se que os proprietários coreanos receberam, em média, uma compensação equivalente a um sexto do valor de seus ativos, enquanto as propriedades de cidadãos japoneses eram simplesmente confiscadas. Os agricultores coreanos foram beneficiados por um aumento de sua renda per capita de, pelo menos, 33%.

É claro que nem todas as reformas tiveram resultados tão nítidos. No caso egípcio, por exemplo, a importância das transferências de terra foi bem menor. O número de famílias rurais sem terra diminuiu, em números absolutos, mas a tendência voltou a se inverter com o congelamento da reforma no final da década de 60. O processo não alterou a estrutura agrária de forma significativa, e os agricultores mais pobres não chegaram a receber terra suficiente para que fosse efetivamente ampliada a proporção de agricultores familiares economicamente viáveis. Mesmo assim, apesar de tão séria limitação, a reforma alterou fortemente o padrão de distribuição de renda.

O mesmo pode ser dito a respeito da reforma mexicana. Com a firme aplicação do plano sexenal cardenista, cerca de 20 milhões de hectares foram transferidos a 750 mil famílias, cada uma recebendo, em média, uns 25 hectares. Praticamente o dobro de tudo o que havia sido feito nos dezoito anos anteriores em matéria de redistribuição fundiária. E, mesmo assim, o padrão básico da estrutura agrária mexicana permaneceu sem alteração profunda. Em 1940, as áreas ocupadas pelos "ejidos" e pelos sítios representavam juntas apenas 1/4 da área agrícola, enquanto, no extremo oposto, 60% das terras pertenciam a um pequeno grupo formado por 9.697 fazendas.

Os três primeiros sucessores de Cárdenas abandonaram completamente a política reformista e procuraram, por todos os meios, favorecer o desenvolvimento da agricultura patronal. Como

consequência, a estrutura agrária mexicana manteve-se bem próxima do padrão latino-americano. Em 1960, pouco mais de 3% das propriedades detinham 43% da terra cultivável, enquanto a metade dos estabelecimentos se espregueia em 1/8 da área agrícola. Em 1970, apesar das tímidas recaídas reformistas dos governos López Mateos (1958-64) e Díaz Ordaz (1964-70), a estrutura continuava intacta: 65% dos agricultores eram minifundistas e controlavam apenas 17% da área cultivável.

Mesmo não tendo modificado substancialmente a estrutura fundiária, a reforma agrária mexicana é vista como inegável fator de redistribuição de riqueza, pois acabou transferindo 80 milhões de hectares a 2,2 milhões de famílias, entre 1916 e 1976.

Enfim, o que se procura mostrar através desses diferentes exemplos é tão somente que toda reforma agrária implica algum grau de redistribuição de riqueza, por mais que se distancie do vigor do caso coreano ou da amplitude do caso mexicano. Os mais diferentes "surveys" o confirmam, mesmo para os países nos quais a reforma acabou sendo abortada. E não são raras as análises que ressaltam de forma inequívoca a natureza essencialmente redistributiva das reformas.

Para o Brasil, a questão pode ser colocada, portanto, nos seguintes termos: para que nossa economia atinja a fase fordista será ou não necessário alterar dramaticamente o padrão de distribuição de renda e de riqueza? Se a resposta for positiva, a reforma agrária acabará se impondo, de uma maneira ou de outra. Afinal, são raras as políticas públicas que podem produzir efeitos redistributivos comparáveis.

Um aprofundamento das idéias contidas neste artigo pode ser encontrado no livro *Desenvolvimento Agrícola. Uma Visão Histórica*, (São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991) ou no artigo "Os fundamentos do agro-reformismo", publicado no número 23 da revista *Lua Nova* (São Paulo: CEDEC, Março-91).

TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA

A RESPOSTA
DA PROPRIEDADE
FAMILIAR E
DOS ASSENTAMENTOS
NO RIO GRANDE DO SUL

Objetiva Press



Manifestação de colonos sem-terra na Fazenda Itati, município de São Nicolau, em novembro de 1987.

MÁRIO SÉRGIO VAZ CABEDA*

Terra...

Terra para quem nela trabalha. Terra para quem dela foi expulso. Os que defendem a reforma agrária no Brasil empreendem, na verdade, uma luta política pela ampliação da democracia no seio da sociedade, através de políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento que sejam instrumentos de redistribuição de renda, de poder e de direitos. Instrumentos de aquisição de cidadania. Lutam para que o trabalhador possa apropriar os frutos de seu trabalho e, ao mesmo tempo, ampliar a eficiência no cultivo da terra, gerando mais bens excedentes.

Reacionários, conservadores e auto-proclamados liberais de todas as ordens — e há, com frequência indesejável, cientistas entre eles — argumentam que o crescimento da demanda de alimentos só poderá ser atendido pela elevação da produção e da produtividade, o que é correto, e que somente os grandes e modernos estabelecimentos agropecuários

podem responder eficientemente a essa demanda, com insuperáveis benefícios econômicos e sociais, o que é uma inverdade. Argumentam, também, que a reforma agrária determinará a desestruturação do sistema produtivo, com a consequente queda de consumo de bens pelo setor agrícola e diminuição de oferta de alimentos. Na verdade, informações censitárias e resultados de inúmeros estudos negam tais argumentos e apontam, de maneira inequívoca, a importância fundamental e insubstituível da pequena produção familiar.

Dados de 1980 para o Brasil, do Centro Agropecuário do IBGE, mostram que as propriedades de menos de 50 hectares, dispoondo de apenas 12,6% da área total incorporada em atividades agrícolas, responderam por 40% do valor total da produção naquele ano. Por outro la-

* Engenheiro Agrônomo, professor do Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia/UFRGS.

do, as propriedades com mais de 5 mil hectares, com 24% da área total, produziram tão-somente 4,2% do valor total da produção. Quanto à importância social da pequena propriedade, mostram os dados que as propriedades de área inferior a 50 hectares ocuparam 69% de todo o pessoal que tem seu trabalho na agricultura (1).

Para o Rio Grande do Sul, uma análise de dados censitários recentes do IBGE, de 1975 e 1980, feita por economistas da UNISINOS (2), revela a existência de uma relação inversa entre o valor da produção e o tamanho da propriedade. No estrato de zero a 20 hectares, por exemplo, o valor da produção animal e vegetal por hectare foi 11,7 vezes maior do que no estrato de área igual ou superior a um mil hectares. Em outros termos, este estado produziu, por hectare, tão-somente 8,5% do valor produzido pelo estrato de zero a 20 hectares. Aponta, também, a análise que a economia de escala em exploração agrícola de grandes áreas aconteceu no Rio Grande do Sul somente porque foi sustentada por créditos fortemente subsidiados, com custos financeiros negativos. Na região do Planalto, onde ocorreu a modernização tecnológica da grande produção a partir do final da década de 60, o valor do financiamento agrícola sempre superou o valor da produção. A partir do início da década de 80, os juros agrícolas passaram a ser reais, aumentando os custos financeiros, que chegaram a ultrapassar a 40%, inviabilizando as economias de escala. (2). Continuaram produzindo com maior eficiência, entretanto, as pequenas propriedades, porque estão assentadas sobre o trabalho familiar, a diversificação de produção e a utilização de recursos próprios.

Dados referentes aos assentamentos realizados no Rio Grande do Sul reforçam, sob qualquer ângulo, a defesa da forma familiar de produção na agricultura. Desde 1978, quando aqui foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem Terra, já foram assentadas cerca de 2 mil famílias, em 64 assentamentos distribuídos por várias regiões do estado. Em

muitos dos assentamentos trabalha-se a terra de forma coletiva, multifamiliar. As decisões são tomadas em grupo e os agricultores organizam-se em cooperativas, essas filiadas à Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul, fundada em janeiro deste ano. Vilas já foram construídas em muitos dos assentamentos, com casas de moradia, depósitos, escolas, creches e outras facilidades. Os assentamentos recebem apoio da Federação de Assistência Social e Educativa (FASE) e do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

Em todas as regiões, os assentamentos apresentam hoje melhores respostas sócio-econômicas do que as anteriormente produzidas nas mesmas áreas. Os assentamentos de Bagé, por exemplo, fizeram aumentar em 40% a produção agrícola daquela região. Milho é o principal produto, seguido por leite e hortigranjeiros. Esses suprem as cidades próximas do que era tradicionalmente importado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha, a produção regional aumentou em 20% pelo trabalho dos agricultores assentados. Entretanto, o estudo mais completo e mais aprofundado de que se dispõe sobre a resposta de assentamentos no Rio Grande do Sul foi produzido por economistas da Universidade de Cruz Alta (3). O trabalho visou à medida do impacto de oito assentamentos, localizados em Cruz Alta, Ibirubá, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí, sobre a economia desses municípios e sobre a qualidade de vida dos assentados. Os resultados mostram que a produção dos assentamentos atinge índices superiores aos de produção dos quatro municípios. Em relação a bovinos, suínos, aves, leite, arroz, feijão, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, produtos hortícolas, frutas em geral, etc., a produção é magnificamente superior. A indústria caseira, que floresceu, produz acima de 270 toneladas por ano de banha, salame, queijo, melado, compotas e pastas de frutas. Antes dos assentamentos, essas áreas beneficiavam cerca de 30 famílias, entre proprietários, arrendatários e empregados. Hoje são diretamente beneficiadas 775 famílias, num

total de 4.406 pessoas. Os assentamentos tornaram-se significativos mercados de máquinas e instrumentos agrícolas, insusos, eletrodomésticos e outros bens. Possuem hoje 534 tratores, 82 caminhões, 5.700 instrumentos agrícolas e 6.300 eletrodomésticos, por exemplo, comparados com números irrisórios de equipamentos existentes nessas mesmas áreas antes dos assentamentos. A economia dos quatro municípios foi expressivamente dinamizada, com aumentos na circulação de bens e na geração de impostos.

Como aponta José Eli da Veiga (4), contrariamente ao que imaginavam os grandes economistas do século XIX, o desenvolvimento capitalista, em vez de exterminar, acabou fortalecendo o modo familiar de produção agrícola no século XX, como forma de garantir comida farta, diversificada e barata para crescentes populações urbanas. Essa experiência histórica, obtida de países do primeiro mundo, e as respostas da pequena produção familiar e dos assentamentos entre nós apoiam os que empreendem a mais incisiva defesa da reforma agrária no Brasil, que, obviamente, tem nítido sentido político, social, econômico e ético.

Há no Rio Grande do Sul, hoje, 2.400 famílias de agricultores sem terra cadastradas no INCRA. Há cerca de 140 mil famílias que ainda não estão cadastradas.

Terra para quem nela trabalha. Terra a quem dela foi expulso.

Terra...

1) MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Lua Nova, 23: 7-37. Março, 91.

2) SCHWEINBERGER, G. A. & LAUSCHNER R. Grandes propriedades ou propriedades familiares na agricultura? Perspectiva Econômica (UNISINOS). Jun/Dez., 1987.

3) ZAMBERLAM, J. & FLORÃO, S.R.S. Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta. Fundação Universidade de Cruz Alta, 1989. 128 p.

4) VEIGA, J. E. da. Fundamentos do agro-reformismo. Lua Nova, 23: 39-65. Março, 91.

PRODUTIVIDADE E SOBREVIVÊNCIA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL

OTTO GUILHERME KONZEM*

A pequena produção agropecuária mereceu sempre destaque nas pesquisas e debates acadêmicos sobre economia agropecuária. Tal ênfase pode ser atribuída a um conjunto bastante amplo de elementos diferenciadores e de problemas específicos desse segmento de produção dentro do setor rural e a sua importância econômico-social.

Neste texto apresentam-se, brevemente, algumas idéias atinentes à: a) caracterização econômica dos pequenos produtores rurais e seu significado econômico-social; b) produtividade e desafios à modernização tecnológica dentro desse grupo; e, c) algumas formas de organização recentes que buscam soluções cooperativas aos problemas decorrentes da condição da pequena escala de produção.

Para identificação dos pequenos produtores rurais, é importante ter presente que um estabelecimento pode ser pequeno em relação a um determinado fator ou dimensão (por exemplo, área), sem que o seja também em relação a outros (valor de produção, emprego, etc). Por isso, uma classificação adequada para fins analíticos do pequeno produtor precisa dimensioná-lo em relação ao conjunto de seus fatores produtivos, bem como ao valor de sua produção e à origem de sua força de trabalho, e não em relação a apenas alguns desses aspectos individualmente.

Nessa concepção, a pequena produção rural pode ser conceituada como "unidade familiar de produção que se defronta com escassez de recursos, principalmente terra e/ou capital, e que, conseqüentemente, está em desvantagem re-

lativamente a unidades maiores no tocante a custos e renda, acesso a novas tecnologias e possibilidade de mecanização".

Tais unidades produtivas dedicam-se, geralmente, à policultura, com níveis intermediários ou baixos de tecnologia e baixa produtividade da mão-de-obra, e contam com reduzidas opções de capitalização via investimento de lucros ou de rendas excedentes ao consumo familiar, particularmente se operam individualizadamente, competindo entre si e confrontando-se com o processo geral de modernização tecnológica.

A importância do grupo dos pequenos produtores rurais está em constituir a maioria dos estabelecimentos, da população e do emprego rurais e em contribuir significativamente na produção de alimentos.

A quantidade de mão-de-obra absorvida por estabelecimento, nessas unidades, não é muito inferior, em média, a de todo o setor (85% a 90% dessa média), o que constitui fator importante de retenção de população na área rural e de sua concentração geográfica.

O valor produzido por hectare é acentuadamente maior do que a média global, tanto em decorrência de uma exploração mais intensa da terra (relação "área utilizada/área total" mais alta) como de uma combinação de atividades de maior valor produzido por unidade de área (relação "valor de produção/área utilizada" mais alta) e a produção está orientada principalmente para alimentos.

No entanto, o pequeno produtor operando individualmente, pode não ter acesso a formas de inovação tecnológica (mecanização, melhorias genéticas do rebanho, etc), ou então, tê-las em condi-

ções não competitivas com os demais grupos de produtores (desvantagens em preços, maiores custos unitários, ociosidade de uns fatores por escassez de outros, etc).

As conseqüências são rendas familiares insuficientes para remunerar satisfatoriamente a mão-de-obra familiar, não conseguindo, portanto, proporcionar saldos adicionais para capitalização.

A baixa renda do trabalho está induzindo o êxodo rural, seja de famílias inteiras, seja de parte delas, que buscam oportunidades melhores no assalariamento.

Como o processo global de modernização com mudanças tendentes a ganhos de eficiência técnica e econômica deve ser considerado irreversível, as perspectivas da pequena produção permanecem, e, possivelmente, irão se agravando enquanto não forem viabilizadas formas de organização que lhes proporcionem competitividade em tecnologia e rentabilidade em relação aos demais segmentos do setor.

Inovações na organização da produção estão sendo buscadas através de diversas formas associativas como condomínios, cooperativas de produtores, associações de prestação de serviços e assistência técnica, etc. Todas essas formas de produção têm em comum o princípio de mútua cooperação e complementaridade no sentido de atingirem uma escala operacional maior do que a capacidade individual dos participantes. Com essas formas organizacionais, que requerem dos agricultores o rompimento do espírito individualista de decidir e produzir, espera-se alcançar uma adequação melhor do conjunto de recursos disponíveis e a ruptura ou, ao menos, a redução do grau de desvantagem decorrentes da escala demasiadamente pequena da operação individual.

* Economista, professor da Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS e Pesquisador do IEPE — Centro de Pesquisas Econômicas/UFRGS.

POSSE E USO DA TERRA

UMA ABORDAGEM ECONÔMICA E AMBIENTAL *

ALOÍSIO ELY**



O objetivo deste ensaio é desenvolver algumas reflexões sobre as relações existentes entre a economia, o meio ambiente e os direitos da propriedade, que, na ótica capitalista, estão relacionados com a posse e o uso da terra. E ainda, mostrar as estreitas inter-relações, em uma visão global e sistêmica, para apontar soluções alternativas para os graves problemas conjunturais e estruturais com os quais convive a sociedade brasileira.

É impossível entender o papel da terra de uma maneira isolada, haja visto que o conceito de ciências ambientais recomenda uma abordagem sistêmica, integrada e interdisciplinar para apontar soluções aos problemas humanos. A sociedade é o produto final de uma estreita interdependência

entre as relações políticas, econômicas e naturais, onde o elemento terra se faz presente obrigatoriamente. Nessa visão global, a terra, como um universo, é uma só, um espaço finito sob o qual o homem faz política, economia e sociedade com uma estreita e íntima relação com a natureza, a qual integra, harmoniosamente, todos os seus elementos — a terra, a água, o ar, a fauna, a flora e o clima, como sugere a figura à página 22.

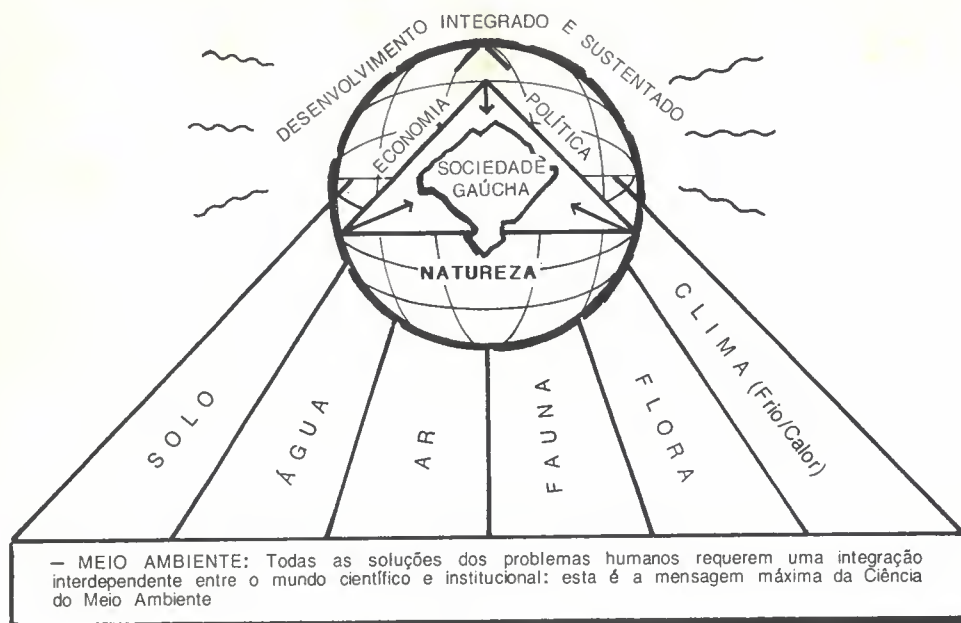
O solo é apenas um dos elementos do conjunto dos recursos naturais. Usá-lo significa tocar nos demais recursos, no meio ambiente natural. O fato de usar o solo nos seus usos alternativos, seja para a agricultura, para a indústria, para o transporte, para a urbanização, para o turismo, etc, traduz uma prática política,

econômica e social, interdependente e interdisciplinar. O *Meio Ambiente* é uma ciência e um conceito que engloba tudo isto: é o homem, a sociedade e a natureza, enfim, *tudo aquilo que cerca o homem e como este é afetado no seu integral desenvolvimento biológico, social e psicológico*. Toda e qualquer ação humana, seja ela política, econômica ou social, encontrará, no espaço físico, sua efetiva realização, onde a terra expressa o espaço da integração. Assim, *todas as soluções dos problemas humanos passam pela integração sistêmica da política, da economia e da natureza*. Uma natureza degradada reflete, conseqüentemente, uma sociedade igualmente degradada e doente.

Essa visão é fundamental para se desenvolver uma análise econômica, ainda que no contexto mundial — a *Terra* como espaço finito, nacional, estadual e municipal. Todas as soluções dos problemas do homem moderno obrigatoriamente passam por um espaço físico local, que, de uma ou outra forma, interdepende de uma política, uma economia e uma sociedade maior — o universo, pois tudo o que acontece no estado ou no Brasil, como um país periférico terceiro-mundista, depende das ações políticas e econômicas dos países centrais do primeiro mundo. Por isso, é preciso que se atue localmente e se pense globalmente.

* Fragmento do livro "Desenvolvimento e Meio Ambiente: uma apreciação sustentada e integrada da política, economia, sociedade e natureza para o terceiro mundo", a ser lançado em junho de 1992.

** Economista, professor da Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS.



A economia brasileira integra o sistema das economias capitalistas do mundo ocidental. Os agentes econômicos que tomam as decisões de produzir e de consumir são orientados por uma filosofia básica — o Liberalismo (Neoliberalismo), que prega: “Todo o indivíduo é livre nas suas decisões de produzir e consumir”. Esse referencial filosófico normativo imprime o comportamento ao agente econômico, que tem a liberdade para decidir como possuir e usar os recursos naturais e econômicos. Tal base filosófica do capitalismo é traduzida e conhecida popularmente no Brasil como a “Lei do Gerson”: cada um tira vantagens pessoais em tudo, tanto a pessoa física como a jurídica.

A posse e uso da propriedade é um direito individual consagrado e sagrado, segundo a concepção da filosofia liberal. O cidadão que adquire um bem (não importando a licitude da fonte), automaticamente toma posse desse bem, cabendo-lhe o direito de uso do mesmo. O proprietário, então, fica livre — dadas as restrições legais e culturais vigentes — para decidir o uso que lhe proporcionar o maior nível de satisfação pessoal, sem maior compromisso com a sociedade, com a natureza e com o meio ambiente. Aqui entra o conceito de ética da propriedade, da posse e uso do bem: até que pon-

to é resguardado esse direito fundamental e sagrado do capitalismo para benefício próprio e pessoal em detrimento do coletivo?

Eis a questão central que gostaria de abordar para entender, explicar e apontar soluções aos graves e profundos conflitos políticos, econômicos, sociais e ambientais que integram o dia-a-dia da sociedade brasileira. Especialmente, para explicar os conflitos crescentes dos sem-terras neste país e neste estado, sejam eles os sem-terras urbanos, sejam os sem-terras rurais. Para isso, é preciso entender como funciona uma economia movida e organizada na lógica capitalista, e qual é a importância do conceito dos Direitos da Propriedade no contexto global e sistêmico da sociedade capitalista. É necessário, também, perceber espaços vazios de atuação e buscar soluções para este “caldeirão” de conflitos.

O PARADIGMA DOS DIREITOS DA PROPRIEDADE E O MEIO AMBIENTE

No Brasil, o paradigma dos direitos da propriedade se manifesta a qualquer observador atento: de um lado, os Direitos da Propriedade estão claramente definidos para os conhecidos *Bens Privados*, bens que têm preço no mercado e

são passíveis de compra e venda. De outro lado, há o *Bem Público* (coletivo, de uso comum) que não tem preço de mercado, portanto, não é objeto de compra e venda. Assim, os direitos de propriedade do Bem Público ficam difusos sob a ótica do mercado quanto ao uso e posse do mesmo. Um bom exemplo é o *Ar*, com todas as características de um bem público, cujo direito da propriedade, posse e uso, é difuso e indefinido. Quem é o dono do ar? Do ponto de vista dos mecanismos de mercado, ninguém pode ser impedido de usá-lo; todos têm o mesmo direito. Os recursos naturais têm características fortes de bens públicos, recursos essenciais para a sobrevivência humana. O conceito dos Direitos da Propriedade Privada não funciona e não é aplicável aos bens públicos. Aqui entra o conceito dos direitos comuns, o que significa que os agentes econômicos que decidem produzir e consumir podem dispor à vontade do meio ambiente como fossa de seus resíduos, sem um custo privado. Como a definição de Direitos da Propriedade para os bens públicos é difusa, não há proprietário que zele pela propriedade e cuide da integridade na posse e uso desse bem público. Eis porque os bens públicos são usados, degradados e poluídos pelos agentes econômicos, seja pelo ato de produzir, seja pelo ato de consumir. Essa é a fonte e a causa global da crescente poluição e degradação generalizada do meio ambiente neste país. O capitalista subtrai seus lucros gratuitamente do meio ambiente, sem compensar o ônus e o custo social que a sociedade, obrigatoriamente, pagará. Na lógica capitalista, o abuso dos bens coletivos é determinado pelo nível de saturação do meio ambiente quando os níveis de poluição e de degradação chegam a comprometer a própria sobrevivência econômica e humana. O capitalista sequer contabiliza os custos sociais da poluição, que as gerações presentes e futuras absorverão democraticamente.

Nessa lógica capitalista, entende-se porque Cubatão, a cidade mais poluída do mundo, chegou nos limites de saturação da poluição, e o seu verdadeiro proprietário, o estado, foi chamado a zelar pelo bem comum, decretando, nos últimos dez dias de julho de 1991, dois estados de emergência, a fim de tornar o ar

respirável e garantir a sobrevivência da população. É por isso que se entende que o governo mexicano fechou a maior refinaria estatal de petróleo na Cidade do México, em maio de 1991. Também se compreende porque o governo grego fechou, no verão de 1982, a metade da capacidade industrial da cidade de Atenas; entende-se porque, recentemente, o governo da cidade de Dallas decretou toque de recolher para os menores após as 23 horas; entende-se porque, nesse último verão, a Justiça estadual mandou fechar os bares do bairro Bomfim, de Porto Alegre, (sutil toque de recolher) após a meia-noite. Tudo isso, porque o *Direito Difuso* da propriedade pública e coletiva permitiu o uso abusivo desses, a níveis insuportáveis de saturação do meio ambiente.

A Região Metropolitana de Porto Alegre vive, historicamente, as maiores pressões de deterioração da sua qualidade ambiental, um verdadeiro estado de guerra e destruição.

Nas sociedades capitalistas mais avançadas, que já passaram por tudo isso, a consciência de que o meio ambiente é um bem escasso é acompanhada por *firmes transformações* no difuso direito da propriedade para os bens públicos. Aqui entra a firme ação do estado e dos governos federal, estadual e municipal, que não só definirão claramente os *Direitos da Propriedade dos Bens Públicos*, mas também vão disciplinar a posse e o uso dos mesmos. A intervenção do estado na economia torna-se necessária e crescente na medida em que o meio ambiente torna-se um recurso escasso. Os mecanismos de mercado, além de incompetentes, falham absolutamente na alocação eficiente dos recursos coletivos e, em particular, no uso dos recursos naturais. O uso da terra e a distribuição espacial da atividade econômica e social reverte-se na mais importante questão para a preservação da qualidade ambiental e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Lamentavelmente, os pensadores liberais não percebem essa questão fundamental na sua pregação contra o intervencionismo do estado na economia. Esta "moda" da privatização da economia brasileira, periférica e dependente dos países centrais obviamente só tem

sentido para a lógica da acumulação capitalista e degradação ambiental.

Trata-se de um silogismo gritante pressupor que a livre iniciativa é eficiente economicamente do ponto de vista social e ambiental, uma vez que o mercado falha, assim como falha o estado, pela sua ação omissa de interferir firmemente na economia, resguardando a qualidade ambiental. Eis porque a degradação do meio ambiente, a poluição generalizada pelo uso inadequado da terra se processa crescentemente neste país, chegando a níveis de saturação que inviabilizam a própria atividade econômica e social, como são exemplos a cidade de Cubatão e a região carbonífera de Criciúma, em Santa Catarina.

Tal como acontece nos Estados Unidos e nos países europeus, só a intervenção do estado na economia, através de uma consciência coletiva, pode impedir essa lógica da destruição generalizada da natureza. Afinal, não faz nenhum sentido o discurso de privatização e da nacionalização (socialização) dos liberais e sociais-democratas, pois a política, a economia, a sociedade e o meio ambiente saudios são frutos necessários da combinação integrada entre os setores público e privado.

A NATUREZA E A LÓGICA DO CAPITALISMO: ORIGEM DOS CONFLITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Como explicar e entender as profundas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais do Brasil de hoje? Como explicar e entender que no estado do Rio Grande do Sul restam tão somente 2% dos 40% do território de florestas nativas? Que o estado perde, anualmente, 2% de seus solos mais férteis através de práticas agropecuárias inadequadas? Que as áreas de desertificação na Região da Campanha avançam aceleradamente? Por que 60% da população e 80% da riqueza econômica concentram-se no eixo Pelotas - Porto Alegre - Caxias, num congestionamento que vem crescendo de forma acelerada, desordenada, caótica, sem nenhuma medida política do governo estadual para conter o processo? Por que a degradação ambiental generaliza-

da, a crescente poluição das águas, dos solos, do ar e a insegurança e angústia do cidadão estão ficando insuportáveis?

Também é preciso explicar e entender por que 10% dos brasileiros concentram 60% da riqueza nacional, enquanto 70% dos consumidores brasileiros vivem literalmente marginalizados dos mercados (não têm acesso aos bens e serviços para suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, educação, lazer, etc.) Por que 20% dos proprietários rurais do estado têm a posse e uso de 80% da terra? Ou, ainda, entender por que 80% da população brasileira se congestiona no litoral Atlântico, enquanto dois terços do território brasileiro continua num vazio demográfico e econômico; explicar e entender por que este país convive numa sociedade desacreditada, com uma desobediência civil institucionalizada, onde quem manda é a "Lei do Gerson", com organizações e instituições públicas completamente desmoralizadas e degradadas. É preciso explicar e entender por que a poluição avança sem restrições para seus limites de saturação.

A natureza e a lógica do capitalismo explicam esse cenário deplorável que assusta qualquer ser humano normal. As soluções para este "caldeirão" de conflitos sociais, políticos, econômicos e ambientais, obviamente terão que ser encontradas e viabilizadas nesse sistema econômico, haja visto que a economia brasileira é apenas um subsistema dependente do sistema econômico capitalista mundial, administrado e organizado pelos sete países ricos, sob a liderança norte-americana. Ressalvados os aspectos reconhecidamente positivos do capitalismo mundial, a sociedade brasileira é obrigada a encontrar as soluções alternativas para seus problemas, dentro da natureza e lógica do capitalismo, pois todos os fenômenos acima mencionados são conseqüência, efeito e produto final da organização política, econômica, social e ambiental dessa lógica de acumulação da riqueza. Toda força de viabilização da lógica capitalista internacional tem uma sólida e complexa base institucional, uma cadeia de organizações governamentais e não-governamentais, civis e religiosas que se articulam em nível mundial (ONU, Grupo dos Sete, FAO, GATT, FMI, BIRD, FBI, CIA, Vaticano, Maçonaria, Lions, Rotary, etc...), continental (OTAN, OECD, OEA, BID, MEC, etc), e nacional (consulados, embaixadas, confederações industriais, comerciais, exército, justiça, congresso, esta-

do/governo — principal agente da viabilização da lógica capitalista), ramificando-se, assim, numa complexa árvore institucional de sólidas organizações, altamente estruturadas e estrategicamente articuladas. Cada organização tem uma função específica e um conjunto de ações integradas e planejadas, ficando aberto o caminho da lógica capitalista de acumulação nos níveis mundial, estadual e municipal. Em tal cenário, é fácil perceber o quanto uma nação do terceiro mundo — fraca, atomizada e submissa — é incapaz de impôr os seus desejos nacionalista, de soberania nacional, de liberdade para organizar a sua vida política, econômica e social. Cada país do terceiro mundo recebe uma função clara e específica, determinada pela administração central dos sete países ricos. Sequer a Rússia, considerada pobre, é aceita nessa rica, restrita e fechada cúpula mundial. As empresas transnacionais, através de movimentos diplomáticos mundiais, são os agentes exclusivos dessa estratégia de dominação mundial criteriosamente planejada.

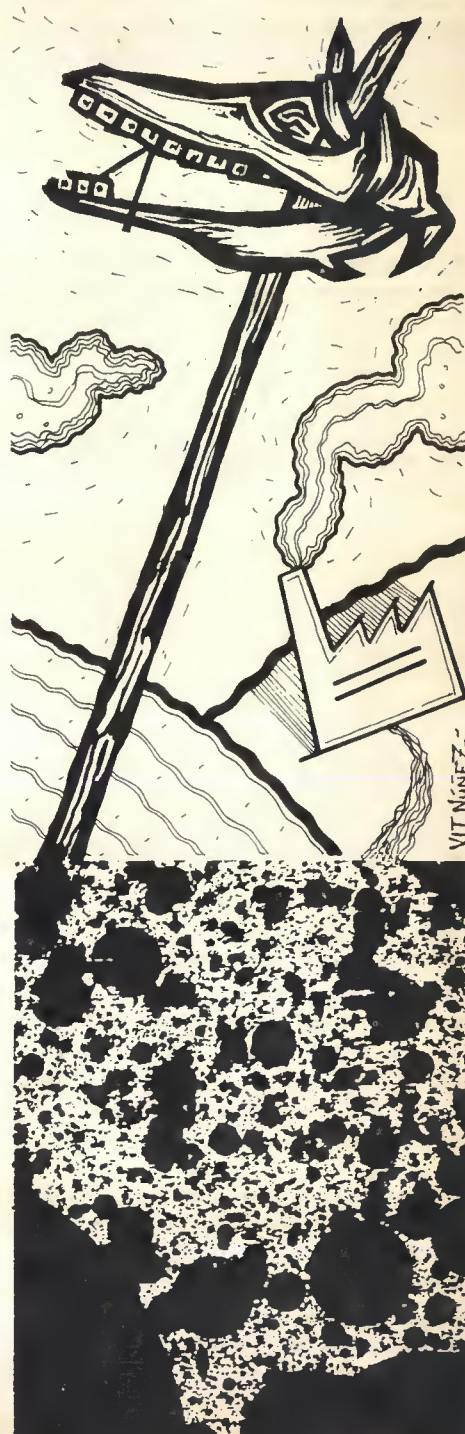
UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL E NACIONAL

O Brasil, colocado nesse cenário mundial, apresenta profundas contradições internas nas suas políticas de desenvolvimento econômico e social, como acontece em qualquer país do terceiro mundo. Como se pode entender que um país como o Brasil, com toda a sua pujança de recursos naturais, viva nesta gigantesca e crescente concentração de renda, em que 10% da população é privilegiada pelo sistema mundial e 90% encontra-se cada dia mais próxima da linha de sobrevivência humana? Sem essa visão global da situação internacional, onde os países ricos do norte impõem medidas aos países pobres do sul, é impossível explicar e entender as contradições das dolorosas políticas sociais e econômicas do País. Seu esforço desenvolvimentista depende, diretamente, da anuência de um FMI, um BIRD ou um BID, com o aval

do Grupo dos Sete.

Na evolução da lógica de acumulação capitalista, os cenários presentes e futuros da economia, da política e da natureza brasileiras e gaúchas ficam absolutamente claros e evidentes: o modelo histórico de desenvolvimento norte-americano e europeu de “produzir-consumir-poluir-despoluir”, além de ser imposto ao Brasil, está presente na prática do nosso dia-a-dia. É a Terceira Guerra Mundial em plena conflagração entre países ricos e pobres, entre cidadãos que lutam desesperadamente para sobreviver à destruição generalizada do homem e do meio ambiente. Esse anti-modelo econômico tem a lógica de uma guerra convencional — “reprodução da riqueza material e humana para destruí-la e reconstruí-la”. Ninguém quer a guerra, todos querem a paz, o amor, a vida. Uma nova ordem econômica mundial e nacional, sugerida por cientistas reconhecidos mundialmente, tal como o relatório de Willy Brandt “The North and The South” — um programa de sobrevivência da humanidade — faz-se urgente e imperativo para livrar a humanidade dessa guerra sistemática e indesejada.

A sociedade brasileira — em plena guerra de “produzir-consumir-poluir” — será obrigada, portanto, a reconstruir o país, distribuindo democraticamente o ônus da despoluição e da reconstrução. O processo da lógica de acumulação da riqueza está chegando aos seus limites, com alto índice de poluição e de degradação do meio ambiente. O acúmulo gradativo das riquezas significa concentração da posse e uso dos recursos naturais. Dessa forma, um crescente contingente de sem-terras rurais e urbanos leva à explosão do “caldeirão” de conflitos políticos, econômicos, sociais e naturais. Sugiro que se discuta e se viabilize soluções realísticas dentro desse cenário, pois acredito que as sociedades brasileira e gaúcha têm possibilidades amplas, uma vez mobilizadas, para buscar caminhos alternativos de bem viver.



A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES COM A INDÚSTRIA

André Chassot



SÉRGIO L. M. SALLES FILHO*

**JOSÉ MARIA F. J. DA
SILVEIRA****

O presente texto visa a apresentar uma breve análise do processo recente de modernização do agro brasileiro, com base na idéia de estreitamento das relações agricultura/indústria (aceita pela maioria dos autores que discutem a questão agrícola atual), selecionando algumas contribuições consideradas importantes para o debate.

Também a título de introduzir questões relativamente novas, procurar-se-á apresentar um enfoque que leve em conta as especificidades do processo de modernização agrícola e das relações da agri-

cultura com as indústrias a ela relacionadas.

UM BREVE PANORAMA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

Apesar de bastante estudado, o tema da modernização da agricultura brasileira a partir dos anos 50 prossegue repleto de instigantes questões. De um lado porque a própria profusão de análises cuidou para que surgissem polêmicas interpretativas sob os mais diversos aspectos, como por exemplo da industrialização (ou não) da agricultura, dos efeitos sociais da modernização, do papel do estado na condução desse processo e dos resultados em termos de crescimento

econômico da produção agropecuária. De outro lado, porque o momento atual coloca e recoloca novas e velhas questões sobre os rumos da modernização da agricultura brasileira, em razão de pelo menos dois bons motivos: primeiro, devido à presença de um processo acelerado de mudança da base técnica em nível mundial, com as contribuições disciplinares mais evidentes da biotecnologia e da informática; segundo, porque os últimos dez anos apontam para uma alteração no ritmo da modernização do agro brasileiro, no sentido de uma redução relativa no consumo de insumos e máquinas agrícolas, fato fundamentalmente desencadeado pelos problemas macroeconômicos que o país vem enfrentando neste período.

Assim, as discussões, tanto pelo lado acadêmico como pelo lado das políticas, e em sua intersecção, afloram cada vez com mais força.

A seguir resumem-se algumas versões da interpretação da modernização do agro brasileiro, centrando o enfoque no estreitamento das relações agricultura/indústria, marco referencial dos acontecimentos dos últimos 30 anos.

O COMPLEXO COMO MARCO REFERENCIAL

A modernidade do atual padrão tecnológico caracteriza-se, em termos gerais, pela presença dos seguintes elementos estruturais: a) inserção no mercado internacional de "commodities", especialmente por meio de produtos agroindustrializados; b) abrangência nacional dos mercados dos produtos agroindustrializados; c) presença das indústrias de insumos com plantas produtivas no país; d) presença de agroindústrias processadoras de produtos agropecuários no país; e) ausência de uma completa integração das atividades dessas mesmas indústrias, particularmente no que se refere às atividades inovativas, devido à grande participação de empresas multinacionais que mantêm tais atividades na exclusiva competência de suas matrizes

**** Eng.º Agrônomo, professor do Inst.º de Economia da UNICAMP/S. Paulo.**

*** Eng.º Agrônomo, professor do Inst.º de Geociências da UNICAMP/S. Paulo.**

(ou, quando muito, descentralizam para outros países desenvolvidos, mas nunca para países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento); f) existência de ampla base institucional pública e expressiva competência no ensino e na pesquisa agropecuária; g) heterogeneidade espacial do nível de modernização, convivendo regiões e alto e baixo grau de modernização. Esses são, a nosso ver, elementos estruturais que se consolidaram ao longo dos últimos 30 anos no Brasil, cujas raízes são encontradas, em grande medida, nas alterações sofridas pela economia brasileira nesse mesmo período, muitas delas patrocinadas pelas deliberadas políticas públicas voltadas à industrialização brasileira e à modernização da agricultura propriamente dita (1)

A pergunta mais comum que se segue refere-se às diferenças substantivas desse cenário geral em relação ao que havia anteriormente. Em outras palavras, até que ponto os elementos enunciados são suficientes para diferenciar um período histórico no processo de transformação do agro brasileiro?

O elemento crucial que invariavelmente é invocado, ainda que por vezes de forma pouco explícita, é o da ampliação e aprofundamento das relações entre a produção agrícola e o restante da economia, particularmente a indústria e, mais particularmente ainda, as indústrias que fornecem insumos à produção e que processam o produto agrícola. Esse estreitamento de relações é o elemento analítico que, por excelência, distingue a agricultura moderna contemporânea daquela onde o processo produtivo era em grande parte esgotado no interior do estabelecimento agropecuário. A idéia de que o processo produtivo na agricultura começava a extrapolar os limites da propriedade e demandava crescentes relações inter-setoriais gerou a base de interpretação dos rumos da modernização.

A visão interpretativa de "agribusiness" publicada por Davis & Goldberg, em 1957 (2), procurou evidenciar, em parte, esse efeito, já que o conceito estava centrado fundamentalmente no crescente interesse das indústrias alimentares e das agroindústrias — em particular —

em atuar sobre a produção agrícola. O ponto de partida era o estreitamento das relações agricultura/indústria, com base em mensurações da matriz de relações inter-setoriais norte-americana. A partir daí, formaram-se diversas vertentes interpretativas, com divergências mais ou menos profundas. São esses os conhecidos exemplos de Complexo Agroindustrial, Cadeias Produtivas, Sistema Agroalimentar, entre outros menos difundidos.

No Brasil, são sensíveis, já no início dos anos 50, alterações no perfil produtivo do agro nacional, no sentido da maior integração agricultura/indústria, especialmente no que se refere ao uso de máquinas e de alguns insumos, como fertilizantes e sementes melhoradas, e à participação de agroindústrias processadoras (elementos esses que podem, nesse caso, ser considerados uma "proxy" daquela integração). O uso daqueles produtos, bem como a presença dos interesses agroindustriais no campo, que já eram uma realidade nos países desenvolvidos, começavam a tomar significado econômico. Entretanto, sua generalização estava ainda longe de ocorrer.

Pode-se estipular, com base nos critérios enunciados a seguir, que a generalização do uso de máquinas e insumos, bem como da participação dos segmentos agroindustriais (e, portanto, a própria implantação do padrão tecnológico contemporâneo), tornaram-se uma realidade só a partir das reformas institucionais ocorridas entre 1965 e 1967. Em primeiro lugar, os números mostram um salto quantitativo no consumo de insumos e máquinas: de 1960 a 1970, o consumo de fertilizantes químicos passou de menos de 200 mil para 1 milhão de toneladas, alcançando 2 milhões já em 1975; a frota nacional de tratores cresceu, entre 1960-70, de 8,3 mil para 165 mil unidades. Já a agroindústria alimentar ampliou o seu valor de produção, atingindo 15% do total em 1980, tendo o valor da transformação industrial alcançado 23% no mesmo ano (2).

Em segundo lugar, desde o I PND até o II PND, houve, no bojo do processo de internalização da produção de bens de produção para a indústria, um movimento de implantação das indús-

trias a montante da agricultura, o que, num primeiro momento, implicou a implantação da indústria de máquinas agrícolas, seguida da indústria de fertilizantes e, por fim, da indústria de pesticidas (3).

Em terceiro lugar, foi nesse período que se instalou um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (um fruto tardio das reformas de 1965-67), integrado e diversificado (em produtos e em regiões) num arranjo institucional inédito no país, embora já amplamente implantado em vários países latino-americanos, como mostra Trigo (4).

Não obstante o peso desses novos elementos, pode-se afirmar que o padrão tecnológico contemporâneo é uma extensão e uma ampliação de algo que já podia ser visualizado no início dos anos 50, dado tratar-se da mesma base técnica adotada em nível internacional à época, particularmente nos países desenvolvidos, cuja introdução no país deu-se com certo descompasso. O importante a diferenciar é que, a partir de um determinado momento, por meio de um deliberado conjunto de medidas de política econômica e industrial, generalizou-se a adoção desse padrão.

Espera-se que fique claro que por generalização não se entende um processo homogêneo de modernização via uso de insumos e integração agroindustrial; esse, evidentemente, não ocorreu, tendo mesmo, em vários casos, agravado e criado heterogeneidades de cunho sócio-econômico e regional. A generalização deve-se, sobretudo, ao fato de que houve um conjunto de políticas e de decisões empresariais que tornaram disponíveis e estimularam a adoção daquele padrão. Com a exceção dos condicionantes estruturais relativos à estrutura fundiária e ao nível de pobreza de boa parte dos produtores rurais, foram rompidas praticamente todas as restrições de acesso ao padrão moderno. Quanto à disponibilidade dos insumos e máquinas, eliminaram-se todos os obstáculos que, em tese, poderiam embargar a política de modernização.

Foi a partir desse cenário, aqui resumidamente apresentado, que, de forma mais ou menos consensual, estabeleceu-se, na literatura, um eixo analítico com base no estreitamento das relações agri-

cultura/indústria e suas implicações para o agro brasileiro.

O PROCESSO INOVATIVO COMO BASE PARA UM NOVO REFERENCIAL ANALÍTICO

Visando apenas contribuir na direção de se construir um referencial alternativo, seria interessante enunciar algumas constatações básicas do processo inovativo:

a) não há uma situação geral que seja suficientemente abrangente para explicar o processo inovativo na agricultura, dado que as especificidades dos produtos agrícolas (dos mercados agrícolas em geral) e dos produtos tecnológicos (insumos, máquinas, sistemas de organização da produção, etc), remetem, necessariamente, a dinâmicas (estratégias) inovativas diferentes uma das outras;

b) as heterogeneidades verificadas entre o comportamento da indústria de pesticidas, de fertilizantes, de sementes e de máquinas agrícolas são a expressão dos ambientes concorrenciais em que elas se inserem. Embora haja complementaridades entre elas e as relações de cada uma com a agricultura, isso não significa que elas atuem segundo uma lógica qualquer de complexo. Em qualquer circunstância, de menor ou maior integração entre indústrias e agricultura, resguardam-se, em maior ou menor grau, os espaços decisórios autônomos das unidades estratégicas de decisão;

c) interessa, portanto, entender de que forma e em que direção as interações agricultura/indústria (e, também, indústria/indústria, em razão das complementaridades tecnológicas) são causa e resultado das estratégias adotadas pelas unidades autônomas de decisão, sejam estas de produtores de tecnologia (aqui, normalmente, identificando as indústrias com a montante, a jusante e a pesquisa pública), sejam de usuários (identificados como os produtores agrícolas);

d) é fundamental levar em conta as especificidades dos mercados agrícolas, no sentido de que a forma, o grau e a direção do processo inovativo são particularizáveis segundo o produto agrícola. Assim, as trajetórias tecnológicas são di-

ferenciáveis não apenas entre as indústrias de pesticidas, fertilizantes, máquinas e sementes, mas também internamente a essas. Todas têm, em menor ou maior grau, segmentações de mercado que conformam subtrajetórias. Essas, se já são difíceis de apreender a partir do agregado setorial, praticamente desaparecem no agregado complexo, muito mais generalizante. Em cada situação particular, o "push" tecnológico e o "pull" da demanda terão pesos distintos na conformação das trajetórias e, portanto, nos rumos do processo inovativo.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

A questão da modernização da agricultura brasileira foi tratada neste texto da forma mais ampla possível. Todavia, procurou-se alertar que, embora se tenha claro que o processo de modernização consolidou-se no país, existem enormes dificuldades para trabalhar agricultura e agroindústria através de conceitos globalizantes, do tipo Complexo Agroindustrial.

A configuração de estruturas produtivas e de mercados relativamente estáveis e duradouros no agrobrasileiro está sendo posta em xeque pela profundidade da crise atual da economia brasileira.

A visão de competitividade geral da economia propõe, ao mesmo tempo, estimular a agroindustrialização, a formação de complexos agroindustriais e facilitar a importação de insumos e máquinas para a agricultura.

Não leva em conta, porém, a importância do desenvolvimento interno de atividades industriais cuja dinâmica se adapta de forma mais eficiente ao usuário na medida em que ele tenha um certo grau de internalização de atividades produtivas e de pesquisa.

Ao mesmo tempo, vê-se com clareza que países vizinhos conseguem, mesmo passando por crises econômicas tão graves como a do Brasil, rapidamente montar estruturas agroindustriais que contestam seriamente a posição brasileira, conquistada em alguns mercados de produtos semi-processados ou mesmo processados.

O que parece estar tomando forma na maioria das análises sobre competitividade e agroindustrialização é que, a despeito da superação de restrições quanto à oferta de insumos modernos, a questão gerencial, logística e relativa às formas de financiamento à constituição de uma infra-estrutura que torne viável a captação de externalidades pelos agentes agroindustriais impõe um sério desafio ao país nos próximos anos.

1) Embora tal discussão não seja objeto deste texto, deve-se deixar claro que não consideramos as transformações da agricultura deste período como causa exclusiva da ação do estado, nem tampouco como consequência natural do processo de industrialização pelo qual o país passou após 1955. Temos clara a importância desses fatores, mas temos igualmente claro que as especificidades da recente modernização da agricultura (como as defasagens temporais em relação ao restante da economia e os caminhos preferenciais trilhados — soja, aves, laranja, cana-de-açúcar, etc.), devem-se a condições que vão muito além da explicação genérica do processo global de industrialização.

2) DAVIS, J. H & GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Harward University, 1957.

3) Kageyama e outros, por exemplo, apontam o crescimento da participação do consumo intermediário no valor da produção da agricultura "como bom indicador síntese do processo de modernização: quanto mais complexa se torna a base técnica da produção, com a utilização crescente de insumos (...), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção". Assim, "de pouco mais de 10%, em 1949, ele passa a representar 25% no final dos anos 60, saltando para quase 40% em 1980". KAGEIAMA, A. et alii. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**, in Delgado, G.; Gasques, J. G. e Villa Verde, C. M. Agricultura e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, n° 127, 1990, cap. 2, 108-225, 565 p.

4) Apesar de ter havido um notável aumento da produção interna de insumos e máquinas agrícolas, não consideramos que alguma dessas indústrias estejam completamente verticalizadas no país. O caso dos pesticidas é particularmente esclarecedor: nenhuma das empresas aqui presentes (multinacionais ou não) desenvolvem o chamado primeiro estágio da indústria, qual seja, o das atividades de pesquisa e desenvolvimento. Não menos importante é o exemplo da indústria de tratores, onde o centro da atividade inovativa reside nas casas matrizes das empresas que detêm a maior parte do mercado.

5) Trigo, E. J. "La Participación del Sector Privado en la Investigación Agropecuária: notas y comentarios". Editorial IICA, San José Costa Rica, 1989, 30 p.

DEPOIMENTOS SOBRE A TERRA

Objetiva Press

"Nós

Tudo em Tudo

Cada homem em todos os homens

Todos os homens em cada homem."

(R. D. Laing, 1973)

MARIA LUÍZA MARTINI (org.)*

Quem é o "sem-terra? Qual tem sido sua história até acampar? Como ele se pensa na vida social, na história? Quem identifica como adversário? Qual o seu projeto de sociedade? Como varia este pensar na experiência de um acampamento?

Para discutir essas questões, a ANDES — Sindicato Nacional — criou um Grupo de Trabalho, propondo-o, também, para todas as AD's — Seções Sindicais. Esse GT envolve a questão da terra e todas as suas lutas. É nesse sentido que a ADUFRGS tem realizado debates e participado de manifestações.

*** Historiadora, professora do
Depto. de História/IFCH/UFRGS**



Desocupação da Fazenda Santa Elmira, município de Salto do Jacuí, em março de 1989.

ADverso procurou a palavra e o testemunho, sempre pungente, do sem-terra. A palavra do sem-terra no passado e no presente; na cidade ou no acampamento. Procurou-se também a palavra de pesquisadores que trabalham com o assunto, pois trazer para a produção de conhecimentos na Universidade a questão agrária é pensá-la enquanto objeto de trabalho.

O SEM-TERRA ACAMPADO

Os seguintes depoimentos foram colhidos pela socióloga Cláudia Schmidt. São fragmentos de entrevistas realizadas no acampamento da fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí, entre 1988 e 1989. O itinerário destes sem-terras inicia em 1987, quando ocuparam as fazendas Itati, em São Nicolau, e Salso, em Palmeira das Missões. Foram levados para a fazenda da Barra, em Santo Ângelo, ocupando, posteriormente, a fazenda Buriiti. Transferidos para Tupanciretã e Salto do Jacuí, ocuparam a fazenda Santa Elmira. Ainda hoje, parte dessas famílias não foi assentada e está acampada no município de Capela Santana.

“Eu tinha idéia assim, antes de acampá, que eu era uma pessoa que eu não tinha futuro, não via caminho pra mim tê alguma coisa. Trabalhá naquele pedacinho de terra pro pai dava pra comprá uma mudinha de roupa... Eu não tinha esperança nenhuma. Eu tinha esperança então de i pra cidade, comprá um terreno, arrumá um emprego. Só que sem estudo...”

“A gente tem uma consciência que olha, às vezes soltá os filho na cidade e

trabalhá de empregado não dá. Muita gente solta os filho aí pra cidade e às vez dá uns marginal, né? Então, a minha idéia é de dá prum filho, né, pouquinho mais, ao menos dá um pedaço de terra”.

“Na Rondônia, só sendo muito rico e comprá, começá bem grande, daí diz que tem futuro, mas um pequeno não tem futuro lá pra cima”.

“Tem pessoa que já parece que são mais a favor dos grande do que dos pequeno, então eles achavam que não podia se ocupá uma terra de latifundiário, né, que não podia invadi terra alheia. Mas não é invadição, é ocupação. Não é que nós fosse invadi, é mal apenas em reivindicando, mostrando pro governo que nós queremos uma reforma agrária”.

“E a juventude adquire visão no acampamento, desde que eles participe, pra eles vê que eles também têm poder e autonomia, né?”

“Pra te dizê a verdade, nós nunca recebemo ajuda do governo. Só mentira-gem por cima da gente, colocando a opinião pública contra nós. Isso é a maior preocupação deles, é colocá o pessoal contra nós. Não deixá ficá, claro. O pessoal não sabe que tipo de terra, de coisa nós queremos, porque a maioria ainda pensa que nós queremos tomá as coisa dos outros, que somo um tipo de gente que todo mundo tem medo. Pra nós, até agora não teve governo. Não teve, porque as horas mais necessária, mais precária, um viajeira prum lado, ou tem coisa pra fazê. Então, qué dizê que governo mesmo, nós ainda não vimo, porque a nossa negociação foi sempre na base da pressão, e ele sempre lavando as mão”.

“A primeira coisa que a gente pensa em fazê, quando for pra cima da terra, é não deixá morrê o movimento, né? É um compromisso que nós temos, não é favor que a gente tem como ajudá as pessoa a crescê também. O segundo passo é pensá numa transformação trabalhando em grupo, né? Não adianta trabalhá individual, entregá pro patrão um monte de coisa”.



Acampamento de sem-terras no Porto Seco, Porto Alegre.

“A reforma agrária não vai ajudá só nós, assentado, serve pra outros companheiros também que nem tão plantando. Apesar que eles vão comprá, vai custá mais barato prá eles. Se nós tivê produzindo bastante, nós podemos vendê direto pros cara e daí também vai custá barato, não vai comprá a preço do comércio. Mas, olha, que pra mudá isso aí tem que sê depois que quase a maioria tenha terra, né?”

“A nossa luta é ampla, né? Atrás de nós tem muita gente que precisa de nós, que já conseguimos abri os horizonte pra reivindicá os direito que nós tinha e era toda vida abafado. Porque, realmente, pobre não tem direito, ele tem mais é que morrê trabalhando, e a gente descobriu que isso não é verdade”.

“Acho que o povo tá querendo é uma vida mais digna, uma vida mais livre, né? Não é numa luta assim que nós vamos conseguir liberdade pra nós. Mas é mais uma luta pras criança, que ela vai se criando num ritmo diferente, e, daí, até vai aumentando o povo, né, conseguindo, sendo onde que a gente qué chegá...”

O SEM-TERRA NA CIDADE

Maria Luiza Martini e Miguel Marques, o “KGB”, trabalham num Laboratório de História Oral, o “bloco de lembranças”, que evoca a proletarianização e sua resposta política, nos anos 30/45, quando um rio, ilhas e matos viventes constituíam a periferia de Porto Alegre.

Miguel Marques apareceu no mundo *sem-terra* como alguns personagens de Cyro Martins. Quando menino, sua família mudou-se para o interior de Encruzilhada. Desde então, fazia tarefas para o Partido Comunista. Em Porto Alegre, tornou-se militante, o que lhe valeu anos de prisão e a condenação à morte nos anos 70.

MARIA LUÍZA — Jorge Fischer Nunes, no livro “O Riso dos Torturados”, explica como é que uma pessoa se dispõe a matar ou morrer numa luta social. Ideologia não é só um pensar, é um sentir os outros, o mundo. Como é que é isso para ti? Começa desde pequeno?

KGB — Começa na família. A vida social nos provou desde criança... eu já falei que fomos morar numa estrebaria...

MARIA LUÍZA — Como um menino Jesus...

KGB — Meu pai lavou, pintou. De lá do pensionato onde a mãe trabalhava, vinham restos de comida, éramos sete... A gente extraviado rua afora, via os operários construindo que nem abelhas, o Bor-

ges de Medeiros, grupo onde estudei. Minha mãe ainda fazia docinho e pastelzinho, e eu andava por lá vendendo... Um dia ela trouxe um saco de pão, azul de tão “embelourado”. Ela esquentou, passou uma faca e deu, com uma caneca de leite pra cada. Eu não aceitei: mas como? Come!... Não como! Come!

Pá! Recebi uma bofetada... De tunda em tunda eu digo: não preciso de ninguém que me ajude... Eu saía de casa e vendia jornal...”

MARIA LUÍZA — Mas tua mãe tinha sete!

KGB — Não sei se ela tinha sete, oito, mas pode ter 20, só não pode ficar dando coice na gente. A outra do lado não me recebia na casa dela, mas me tratava melhor que a minha mãe. (...) — Então eu vou pro mundo e não precisa da mãe! (Quem cria o filho deve sê a sociedade)... e de pai também não!

MARIA LUÍZA — Esse sentimento do mundo nasce dentro de casa, mas ela te surrou porque rejeitaste o pão...

KGB — Podre! Eu achei um tratamento mardoso...

MARIA LUÍZA — Era a única coisa que ela tinha!

KGB — Mas se eu não aceitei, ela não tinha que bater em mim.

MARIA LUÍZA — Entre tu e tua mãe tinha o mofo do burguês... E o que te levou ao Partido Comunista?

KGB — Literatura, livro. O meu pai era o “crassop”, o encarregado da propaganda de uma base do partido de Encruzilhada do Sul, os livros ficavam lá, no caixão.

MARIA LUÍZA — Qual foi a tua primeira tarefa pro partido?

KGB — Em virtude d’eu ser alfabetizado, eu distribuía aos 30 alfabetizados os jornais na cidade: Correio do Povo, Tico-Tico, Revista do Globo, mas dentro do Correio alguém encartava uma *Voz ou Classe Operária* ... mas eu nem tinha consciência que trabalhava pro partido. Às vezes, lia o jornal, e isso foi me aproximando dos comunistas. Eles nos ensinavam a co-existir com a burguesia: quando ela roubava um saco de farinha, não ia pra cadeia. Então a gente começou a roubar saco de pão, né? Mas o pão que a gente roubava, o partido pegava e dizia que ia fazê solidariedade, repartia entre

todos. Só que não podia ser... *mofado*. “Morou” na graça do troço?

Depois de muita confusão, fui pra Granja Carola, e daí a construir ponte, porto... Enquanto o rio existiu, nas ilhas tinha caça e pesca, dava pra guardar boa parte do salário. A gente podia viver do rio, era só ter uma canoinha... (*Apontou um bote onde um menino pescava. Fazíamos o passeio pelo Gualba, saindo da Usina do Gasômetro*).

A PESQUISA

A relação dos pesquisadores com a questão agrária aparece nos depoimentos que se seguem. Cláudia Schmidt é socióloga e faz mestrado em Sociologia Rural na UFRGS. Anita Brumer, também socióloga, é professora do mestrado em Sociologia Rural da UFRGS.

CLÁUDIA SCHMIDT

Começo a me interessar pela questão agrária lecionando numa escola na periferia de Porto Alegre, tentando trabalhar segundo a visão de Paulo Freire. Os pais de meus alunos vinham do campo. Convivo com a trajetória do rural para o urbano, com a depressão de alguém que deixou de ser, não consegue viver do salário, está longe de ter aquele “negocinho” ou ganhar o salário todo o mês, ou se gasta aprendendo a fazer fila, a conhecer o trânsito e a fazer biscate na cidade... Constato que nossas questões, buscando a consciência, não tocavam as pessoas.

Em 85-86, época do lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, conheço o campo que vem para a cidade: encontro os “sem-terras” numa destas iniciativas pontuais — o Núcleo Campus de Apoio à Reforma Agrária — no diretório acadêmico. Estavam ali com uma análise própria, discutindo, “sujeitos da sua própria história”, fato que eu não via no



Acampamento na Fazenda Itati, município de São Nicolau, em novembro de 1987.

meu cotidiano de trabalho. Conheço o acampamento da Annoni. Foi um estímulo. Faço o mestrado em Sociologia Rural. Começo a pesquisa e, junto com ela, “desenvolvo o envolvimento”, elaboro. Tal como José de Souza Martins, observo que cada dominado, lutando, vê uma face da dominação, questiona o evolucionismo; com sua ação social, dá até suporte para seus personagens encararem os manuais que decretam inviável a luta pela Reforma Agrária e se perguntarem, eles mesmos, se são viáveis, se podem existir.

ANITA BRUMER

Eu queria ser socióloga. O que me levou à Sociologia Rural não partiu do afetivo nem do teórico. Foi o AI-5, que cassou o professor Fernando Henrique Cardoso e trouxe-me de São Paulo a Porto Alegre, e da pesquisa em Sociologia Urbana à Rural. O único mestrado da UFRGS na área era o de Sociologia Rural.

Criança, gostava de ver o interior das bonecas, que eu mesma fazia com materiais variados. Gostava de tê-las em

quantidade, para encenar ações, reuniões, escola... Não aceitava verdades absolutas. Ia para fora das aulas de Religião por questionar incongruências. Isso aos 6, 7 anos de idade.

Atualmente, em conjunto com uma equipe e auxiliada pelo SPSS (Statistical Program in Social Sciences), trabalho uma análise de dados bastante precisa sobre a pequena produção em cinco países diferentes (Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia). O produtor familiar caracteriza-se como aquele que trabalha diretamente a terra com os membros de sua família, eventualmente com alto nível de tecnologia e capital. Nessa pesquisa, examina-se a questão quanto ao desenvolvimento e intervenção estatal na produção e questiona-se quais as estratégias da produção familiar para sobreviver numa sociedade onde compete com grandes produtores típicos.

Por exemplo, em São Paulo, entre produtores até então indicados apenas como algodoeiros, descobriu-se que a concorrência é enfrentada com a associação de outras culturas e com a mão-de-obra eventual para a colheita, reunida na

área em função do café e laranja, cujas colheitas não coincidem com o algodão; no Rio Grande do Sul, a diversificação ocorre com culturas que exploram mais intensamente a mão-de-obra familiar. Nesses casos, o acesso à terra é fundamental, obstruído pelos altos preços para compra ou arrendamento. A pesquisa mostra que, além da terra e da diversificação, o pequeno produtor precisa de informação: não adianta investir em produtos sem mercado. É importante evitar a associação em cooperativas dominadas por grandes produtores. Um armazenamento em grandes silos, por exemplo, pode ser desvantajoso. Existem alternativas, como envolver o produto num tipo de tecido protetor e deixá-lo no próprio campo. Isso ocorre no Canadá a preço compensador.

Uma redistribuição de terra, por outro lado, não vai resolver para sempre a reprodução da população. Isso se relaciona também com educação. O melhor extensionismo não substitui um ensino básico inclusivo que permita ao pequeno produtor a análise de sua própria circunstância, seu planejamento familiar e que não o discrimine como portador de um único destino: ser agricultor.

Retornarei ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí, que deu apoio à coleta de dados, para informar os agricultores — principalmente os informantes da pesquisa — sobre o que é feito, afinal, dessas pesquisas que vão importuná-los e discutir com eles os problemas detectados e as possíveis alternativas.

Uma total expropriação, num modelo intensivo de industrialização, reduz as defesas possíveis do proletariado no campo ou na cidade. A luta pela terra, em tal quadro, é um ato de cidadania, que interessa a todos nós, consumidores-contribuintes. Revela adversários, aponta o latifúndio, fiscaliza a destruição da natureza e a produtividade.

A FACE OCULTA DA FOME

A DESNUTRIÇÃO EM GRUPOS POPULACIONAIS DE ALTO RISCO

HEBE TOURINHO*

Neste trabalho pretendemos pinçar alguns aspectos que envolvem a presença da fome em populações de risco e os fatores que podem causar desnutrição nos indivíduos mais vulneráveis.

Segundo J. Grant, “a fome no terceiro mundo é uma fome oculta..., e a desnutrição afeta a vida de uma quarta parte da população infantil no mundo em desenvolvimento” (1). Dos 17 milhões de crianças que morrem atualmente no mundo, cerca de 60% sucumbem a um grupo muito restrito de patologias (2). Contribuindo para mantê-las, ou subjacente a todas elas, estão as infecções e a desnutrição.

A América do Sul e o Brasil também são atingidos por doenças ligadas à falta de alimento ou a seu uso inadequado. O “Estudo da Mortalidade na Infância”, da OMS — Organização Mundial da Saúde — apontou, em nosso continente e nas cidades brasileiras pesquisadas, a presença da desnutrição como causa básica, ou associada, de morte em menores de cinco anos (3).

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde e UNICEF no nordeste do Brasil demonstrou que o número de recém-nascidos de baixo peso, quase sempre representativo de desnutrição intra-uterina e deficiência nutricional da gestante, acompanhou a elevação do número de horas que o operário devia trabalhar para adquirir a mesma quantidade de alimentos da cesta básica (4). Em Porto

Alegre, demonstrou-se, em 1986, que a mortalidade em menores de um ano é inversamente proporcional à classe social da família (5).

Em 1990, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) delineou o perfil do crescimento e estado nutricional da população de zero a 25 anos (6). Segundo a pesquisa, a criança brasileira inicia muito cedo — em torno do quinto mês de vida — o seu atraso de crescimento, configurando um quadro de desnutrição crônica e de instalação precoce. O longo período de déficit nutricional ou a sucessão de repetidos episódios de perda de peso começa no desmame precoce, seguindo-se diarreia, vômito, infecção respiratória, febre, tosse e inapetência. A desinformação quanto a cuidados alimentares e a má escolha de alimentos de substituição causam o enfraquecimento de barreiras imunológicas que protegem a criança contra a infecção. O quadro final, de desnutrição grave, de terceiro grau, é o de um indivíduo emagrecido, com olhar vivo ou de sofrimento, ossos visíveis e pele pregueada (déficit calórico ou Marasmo Nutricional). Ou apático, edemaciado, com alteração de cor e textura da pele e do cabelo (déficit protéico; Kwashiorkor). Comumente encontramos os casos mistos (KM) e os iniciais (desnutrição de 1º e 2º graus), que são incaracterísticos, mas igualmente preocupantes.

Desnutridos recuperados levarão consigo a lembrança da desnutrição passada, se foi prolongada. Na vida adulta, muitos deles terão condições físicas inferiorizadas — menor altura. Se, além dis-

so, continuarem mal alimentados, terão também menor massa muscular e menor peso. Sua capacidade de trabalho e resistência ao esforço físico serão atingidas. A qualidade e quantidade do produto final de um operário ou de um agricultor que na infância sofreu tais agravos, dificilmente poderá competir com a de outro gozando de melhores condições de saúde.

No sexo feminino, a desnutrição crônica da gestante leva ao alto risco perinatal, prematuridade e baixo peso ao nascer. Não atinge o feto quando for aguda ou de curta duração. Em países como o Brasil, com elevado percentual de indivíduos com estatura inferior à média, o déficit por desnutrição crônica é superior a 20%. Impõe-se uma reflexão sobre o presente e o futuro das novas gerações, já que atrasos de crescimento e desnutrição na infância caracterizam países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento de funções intelectuais e a formação do sistema nervoso também podem ser alterados pela falta de nutrientes na época pré e pós natal, especialmente até o segundo ano de vida (7). O dano final não será tão grave se, desde cedo, for compensado por parte da

*** Médica, professora do Depto. de Pediatria da Faculdade de Medicina/UFRGS e diretora da Divisão de Saúde da Criança e do Adolescente — Secretaria de Saúde e Meio Ambiente — SSMA/RS.**

família e da equipe de saúde. Porém, a desinformação e a sobrecarga de trabalho da mãe impedem a estimulação da criança naquele período. Pouco estímulo afetivo, maus tratos e rejeição são relativamente comuns na história do desnutrido. Poucos desnutridos têm acesso a atendimento especializado ou por grupo multiprofissional. A recuperação neuropsicomotora depende do que a equipe de saúde consegue repassar sobre o que pode ser feito a nível familiar, brincando, falando, embalando e acariciando o bebê.

A criança deveria, também, receber alimentos adequados quantitativa e qualitativamente à sua idade. O leite materno é apontado como importante alimento preventivo e recuperador da desnutrição e do desenvolvimento neuropsicomotor. O trabalho do pediatra e da equipe de saúde deve ser centrado em evitar o desmame, prolongando o tempo do aleitamento e estendendo sua ação ao longo do primeiro ano de vida. Outros alimentos que acompanham o leite materno após o sexto mês deveriam ser de baixo custo, produzidos a nível local, variados e sem elementos tóxicos para a criança.

Não só o profissional de saúde, como também o trabalhador rural, não conhece muito sobre novas técnicas agrícolas, pouco divulgadas pelos meios de comunicação ou discutidas com eles (8).

A produção agrícola de tipo lucrativo, característica da monocultura, com uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos, reduz índices de desnutrição em grupos populacionais de alto risco (mulheres e crianças) (9). Outros alimentos não são produzidos localmente e seu preço supera a capacidade aquisitiva da população mais pobre. Grandes safras não são sinônimo de controle da fome. Ela continua presente em famílias menos dotadas de recursos ou sem orientação para iniciar plantio diversificado, característico de agricultura de sobrevivência, na qual se produz alimentos variados e de uso imediato. Misturas alimentares com menor quantidade de cada componente elevam o valor nutricional da dieta. As

taxas calóricas e protéicas podem ser completadas por alimentos de origem vegetal, mais abundantes e de menor preço, mesmo em área urbana.

Para o membro da área da saúde, especialmente o pediatra, torna-se difícil entender e aceitar a situação nutricional de grandes segmentos da infância e as dificuldades quase intransponíveis para manter seu ritmo de crescimento e estado nutricional. Muito resta para ser feito fora do âmbito específico dos cuidados com a saúde para que as famílias da zona rural possam contar com pequena área para prover sua subsistência, adotando técnicas agrícolas mais adequadas, e para que o salário do trabalhador da área urbana supra as necessidades nutricionais de seus familiares.

Algumas estratégias preventivas estão ao alcance da equipe de saúde, que pode orientar e executar: cuidados com o estado nutricional da mãe para obtenção de peso normal da criança ao nascer; garantia do aleitamento materno; desmame tardio; uso correto de alimentos de substituição; identificação e controle de fatores de alto risco nutricional e infeccioso, em especial a primo-vacinação; maior espaçamento inter-gestacional; supervisão contínua do crescimento, registro periódico da curva de peso na carteira de saúde pediátrica "Cartão da Criança", entregue aos cuidados da família. Esse documento, adaptado do modelo internacional conhecido como "Caminho da Saúde", servirá para a monitoração do crescimento, desenvolvimento, estado nutricional e vacinação. Acompanha os primeiros cinco anos de vida, de maior exposição ao déficit nutricional e às infecções.

Também está sendo implantado no Brasil o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (10). Ele identifica grupos populacionais expostos ao risco nutricional e colabora na seleção de estratégias mais efetivas de controle. A médio e longo prazos, terá maior impacto sobre a mórbida-mortalidade do que os tradicionais programas isolados de recu-

peração e suplementação alimentar.

Dados epidemiológicos de morte por desnutrição são pouco confiáveis. Frequentemente, outras patologias associadas são registradas, ocultando a desnutrição que agravou o prognóstico. O SISVAN e o Cartão da Criança poderão caracterizar o problema como prioritário, dimensionada a sua extensão e agravamento, facilitando o controle. A erradicação só será alcançada com medidas que fogem, em parte, às ações de um sistema de atenção médico-sanitário que deveria ser radicalmente transformado (11). Estará ao nosso alcance provocarmos tais mudanças? As condições sócio-econômico e político nem sempre são acessíveis a quem atua na rede de saúde ou no ensino médico. Porém, mudanças na área docente-assistencial sempre podem e devem ser tentadas. Dependem em grande parte do nível de envolvimento e interesse que se possa ter em oferecer cuidados e orientação de saúde aos menos dotados em oportunidade de sobrevivência e bem-estar.

-
- 1) GRANT, J. **Situação Mundial da Infância**. Washington, UNICEF, 1982-83.
 - 2) ROHDE, J. **Why the other half dies?** Assig. Children 61-62. Geneve, UNICEF, 1983.
 - 3) PÜFFER — SERRANO. "Características de la mortalidad en la niñez". Pub. Cient. 262, OPS/OMS, Washington, 1973.
 - 4) DIAS, L. et alii. "Drought, recession and prevalence of low birth weight in poor urban populations", in Situação mundial da infância. Brasília, 1986.
 - 5) FISHMAN, J. G. "Risco de morrer no primeiro ano de vida entre favelados e não-favelados no município de Porto Alegre". Rev. S. Pública, 20 (3), 219-226, 1986.
 - 6) BRASIL. Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Pesquisa sobre saúde e nutrição, Min. da Saúde/INAN, Brasília, 1990.
 - 7) MORLEY, M. W. **See how they grow**. MacMillan Ed. Std. Ltd., Londres, 1985.
 - 8) GIRARDI, I. T. "Períodos agropecuários e a ideologia da modernização agrícola". Tese de mestrado, "Instº Metodista de Ensino Superior, São Paulo, 1988.
 - 9) MORLEY, D. et alii. **Practising health for all**, Oxford Med. Pub. London, 1984.
 - 10) BRASIL, Ministério da Saúde/INAN. "Seminário para operacionalização do SISVAN". Brasília.
 - 11) VICTORIA, C. et alii. **Epidemiologia da desigualdade**. Ed. Ucitec, São Paulo, 1988.



TEORIAS SOBRE CAMPEGINATO: FORMAÇÃO DISCURSIVA

JACQUES A. L. MARRE*

Shanin, num escrito a ser publicado pela Editora Hucitec, pergunta-se até que ponto a categoria analítica de *campesinato* é ainda útil para a compreensão dos processos e transformações ocorridas na agricultura.

A sua resposta é afirmativa, mas ela sugere indiretamente que a categoria analítica de *campesinato* não seja considerada em si mesma como uma substância simples, mas de maneira diversa.

Na prática, duas posições afrontam-se quando se fala de *campesinato*. Na primeira corrente, encontram-se tanto marxistas como partidários da teoria da modernização. Para os primeiros, o *campesinato* estaria pouco a pouco se proletarizando, tornando-se "bóia-fria", ou ainda, um trabalhador

* Sociólogo, professor do departamento de Ciências Sociais/IFCH/UFRGS.

para o capital. Não haveria mais necessidade de falar ou de pensar a sua autonomia, ou o seu modo peculiar de viver. Veja-se que Lenine assim pensava em 1898, quando publicou seu livro sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia e emitiu a hipótese da diferenciação do campesinato em duas classes. O desenvolvimento da história condenaria o campesinato a desaparecer. Na mesma perspectiva de desaparecimento do campesinato, mas com um enfoque teórico diverso, os partidários da teoria da modernização sugerem que o número de explorações familiares vai decrescendo. Há somente “farmers”. O próprio Banco Mundial, sem dúvida, refere a existência de uma centena de milhões de pequenos agricultores no terceiro mundo até o ano 2.000. Mas, subjacente à codificação grosseira do número, fala-se pouco a respeito das estratégias, da dinâmica dessa população, uma vez que a perspectiva de análise usada refere explicita ou implicitamente ao seu declínio numérico e a sua decadência. A agricultura de amanhã seria outra. Não haveria mais campesinato.

Todavia, bem diferente é a segunda posição teórica usada para analisar o campesinato. Kautsky analisa o campesinato como desempenhando um papel funcional dentro da expansão do capitalismo agrário. Em 1899, ele já havia salientado dois argumentos: o primeiro referia à constatação que a evolução do capitalismo agrário na Alemanha não implicava uma concentração da propriedade fundiária. Concluía que os “junkers” tinham necessidade de mão-de-obra contínua e sazonal. Somente o *campesinato e a pequena propriedade rural* podiam fornecê-la. Atualizando o argumento, é possível afirmar, hoje, que as agroindústrias, como outrora os senhores de engenho, necessitam da presença de um campesinato, o qual preenche diversas funções necessárias à sobrevivência da grande agroindústria, além de ser para ela uma fonte de exploração. Seja como for, o campesinato continua, mas é considerado numa posição subalterna. O segundo argumento de Kautsky referia à necessidade e à permanência do campesinato como fonte de recrutamento de soldados, necessários à manutenção do poder político devido pelas elites agrárias. Veja-se aqui uma outra função do campesinato: a de sustentar um regime político. Nos dois argumentos visualizava-se uma permanência do campesinato e um uso do mesmo.

A questão que se coloca é saber se devemos continuar a analisar o campesi-

nato nessas duas perspectivas. Uma leve observação do campesinato no terceiro mundo sugere que a sua dinâmica é criativa, inventiva. Cria condomínios em Santa Catarina, organiza em nível nacional o Movimento dos Sem-Terras, posseiros procuram ser assentados, agroindústrias querem verticalizar a pequena agricultura do campesinato.

Pode-se dizer que o campesinato, nas suas múltiplas manifestações históricas de sobrevivência, está bem vivo. Mais especificamente, pode-se acrescentar que sua relação com o solo, ainda que não seja a mesma que nos séculos passados, não parou, todavia, de existir e de assumir novas modalidades de existência. Querer qualificar o campesinato como uma categoria em via de proletarização ou apenas como funcional ao grande capital parece reduzir e desconhecer a vitalidade e a multiplicidade das suas lutas. Um grande número de campesinos existem no terceiro mundo. Sua força se revelou até na guerra do Vietnã. Tratava-se, nesse caso, de uma sociedade especificamente camponesa que, depois de derrotar os franceses, também derrotou a nação mais poderosa do mundo. O campesinato vive.

A questão que se coloca é saber de que modo se pode encontrar uma alternativa teórica, um ponto de vista analítico novo que possibilite pôr em relevo as múltiplas facetas dinâmicas do campesinato no terceiro mundo, suas lutas, suas relações novas. Foucault, com sua noção de formação discursiva, pode ser uma forma de olhar de maneira diversa o campesinato nos dias atuais.

Foucault não estudou o campesinato e muito pouco se referiu a ele, senão indiretamente, nas suas análises da sexualidade. Mas Foucault construiu um modo analítico de observação que privilegia não os indivíduos, não os sujeitos e a consciência, *mas a linguagem*. Essa, quando é observada de um modo específico, circula, expressa, desvenda não apenas práticas discursivas do campesinato, mas uma complexidade de relações de toda espécie. Será usada aqui a noção analítica de formação discursiva, buscando aplicá-la ao estudo do campesinato.

Para clarear melhor a abordagem proposta, é possível afirmar que a noção de formação discursiva do campesinato em Foucault não se refere nem às frases, nem às proposições, mas a um conjunto de *enunciados*, formando um sistema de dispersão, o qual, apesar de tudo, adquire uma certa individualidade. No caso da

aplicação dessa noção de formação discursiva do campesinato e a sua história, procura-se mostrar que os enunciados envolvidos permitem delinear modalidades históricas de existência, relações dessas modalidades com um conjunto de outros domínios, prescrições de posições e, finalmente, sugerir que o enunciado é uma materialidade repetível.

Se é verdade que, segundo Saussure, o ponto de vista cria o objeto, sugere-se aqui que através da noção de formação discursiva e dos enunciados que a compõem, a descrição do campesinato pode ser efetiva, de uma maneira nova. O objeto de estudo denominado “campesinato” pode adquirir uma conotação nova, bem diferente daquela sugerida pelas teorias acima expostas, que afirmavam sua proletarização, seu declínio ou sua funcionalidade momentânea ao grande capital.

Veja-se a seguir *as quatro* características próprias aos enunciados e como cada uma delas põe em relevo ou envolve o campesinato com certas conotações, ou seja, sugere um tipo de análise observacional.

A primeira característica do enunciado, presente numa formação discursiva e constitutiva da mesma e do seu espaço, é de revelar um *limiar de existência* ou, caso se queira uma modalidade histórica de sobrevivência, de luta pela vida. Ora, o campesinato, no decorrer da sua história, tem criado, instaurado modalidades diversas de sobrevivência. O campesinato medieval, descrito por Bloch, “luta contra a árvore”, instaura comunas, enuncia normas coletivas que regulam o uso temporário dos terrenos cultivados e das pastagens comunais. Dito de outro modo, através dos enunciados “luta contra a árvore”, criação de comunas, de normas coletivas, são alcançadas certas modalidades específicas e existenciais de sobrevivência dos camponeses. Designa-se não frases, nem proposições, mas expressões que têm uma característica: a de incorporar uma luta pela sobrevivência ou uma modalidade existencial de viver.

Na época atual e na própria história do campesinato brasileiro, privilegiam-se, como fonte e nível de observação analítica, outros enunciados reveladores de novas modalidades existenciais de sobrevivência: luta pela terra, assentamentos, condomínios, contratos verticais. Veja-se que, nesse caso, o enunciado, por

exemplo, de luta pela terra é muito diferente de luta pela reforma agrária. O primeiro continua sendo uma modalidade, um limiar de existência; o segundo não é mais que uma proposição que emerge e recai. Tal análise da linguagem permite situar melhor o nível em que se colocam os enunciados em relação às proposições, frases diversas. Mas pode, também, acrescentar-se que todos os enunciados relativos ao campesinato, quando são tomados analiticamente, não se encontram relacionados logicamente entre si. Iniciar um condomínio em Santa Catarina ou lutar pela terra em Bagé têm entre si o fato serem dois enunciados próprios ao campesinato, embora sejam dispersos. Foucault salienta que os enunciados formam um sistema de dispersão que, apesar de tudo, têm uma certa individualidade.

Uma segunda característica própria aos enunciados é a de ser associada a um conjunto de domínios. O enunciado não existe sem uma associação com um espaço onde se exercem outros domínios. Dito de maneira mais simples, o enunciado “luta pela terra”, o qual requer um espaço, não é isolado, mas, no momento em que se manifesta como modalidade de existência na superfície da história, ao mesmo tempo se torna associado de um espaço no qual outros domínios se exercem. Luta pela terra existe quando existe apoio da Comissão Pastoral da Terra, recusa da UDR. Cada um desses processos é determinado pelos enunciados linguísticos em que os enunciados relativos ao campesinato formam um sistema disperso de expressões singulares e históricas (luta pela terra, assentamento, condomínio, etc). Esse sistema de dispersão não é independente de outro espaço onde igualmente se exercem outros enunciados (UDR, CPT, etc) e, conseqüentemente, outros poderes e domínios. Olhando desse modo a dinâmica do campesinato, percebe-se que, analisando-a pelo lado dos enunciados que a estruturam, começam a surgir não somente diversas modalidades de existência que têm seus poderes respectivos, mas, igualmente, um espaço colateral a essas modalidades em que outros poderes emergem. Dito de outro modo, a função enunciativa nos conduz *dentro* e no *coração* de um sistema de relações. Todavia, os enunciados têm ainda uma terceira e uma quarta característica.

A terceira característica é a de pres-

crever posições. Até agora viu-se que se tenta construir um sistema analítico de observação. Ora, essa abordagem observacional não pretende insistir sobre os sujeitos ou as consciências, mas sobre a força dinâmica das posições que se instauram quando o enunciado emerge na história. Dito de outro modo, considera-se a *língua no seu movimento* histórico. Se aparecerem os termos luta pela terra, condomínio, assentamento, surgirão, concomitantemente, as posições solicitadas por essas modalidades dispersas de existência e de luta. Na perspectiva de Bordieu, fala-se de trajetórias individuais que são relativas a posições sucessivas ocupadas por indivíduos; na perspectiva de Foucault, fala-se de uma formação discursiva (própria ao campesinato) definida como conjunto de enunciados, os quais prescrevem posições. A realidade observacional que emerge dessa perspectiva nos conduz a uma topologia de posições; pois colocando-se lado a lado no universo da formação discursiva as posições sociais e políticas prescritas pelos enunciados luta pela terra, condomínio, assentamento, etc., teremos um sistema de posições que não é uma série linear, mas algo análogo à topologia de um terreno, de um espaço. Novamente, emerge uma característica fundamental do enunciado em Foucault como prescrevendo uma topologia de posições diversas e dispersas mas relativas ao campesinato.

Finalmente, a quarta característica diz respeito à materialidade repetível do enunciado. O que quer dizer essa materialidade repetível? Na prática, quer dizer que os enunciados dos quais se falou, e que formam um sistema de modalidades ou limiares de existência, têm uma propriedade básica. Eles são suscetíveis de uma repetição material, ou seja, não são apenas localizados num determinado momento do tempo, mas dotados de um poder de expansão, mesmo quando modificam ou são transformados, adaptados. Veja-se, por exemplo, como o socialista durkheimiano Mauss, em 1898, insistia com força sobre a necessidade de criar associações operárias de cooperação nas cidades industriais. O enunciado cooperação era afirmado como modalidade de existência, dotado de um espaço colateral, prescrevendo posições, etc. Mas, em 1923, Lenine, no Pravda, retoma o mesmo enunciado da cooperação, adaptando-o à realidade camponesa da União Soviética. É nesse sentido que o enunciado *cooperação* prescreve, ao

mesmo tempo, uma posição para Lenine e uma posição para os camponeses, dentro do espaço que une estado e campesinato para consolidar a Revolução Bolchevique. No caso atual, o enunciado “luta pela terra” é uma materialidade repetível. Pode ocorrer na África, na Ásia, no Chile, etc.

O que concluir desta apresentação? No limite desta curta análise, apenas pode-se destacar algumas conclusões importantes.

Primeiro, que o campesinato que é olhado a partir das teorias marxistas e da modernização pode sê-lo também a partir da linguagem que o envolve e o modifica, determinando-lhe novas modalidades de existência, prescrevendo-lhe posições, etc...

Segundo, esta *nova abordagem* que insiste sobre as modalidades básicas de luta pela sobrevivência do mesmo, salienta, também, a dinâmica relacional e a extensão ou expansão dessa luta, uma vez que o enunciado é uma materialidade repetível e está associado a um conjunto de outros domínios e espaços correlativos.

Terceiro, a nova abordagem, sem dúvida, não é ainda teoria científica, mas, pelo menos, delimita um novo campo de observação da realidade camponesa, focalizando, sobretudo, não proposições e frases, mas enunciados relativos às suas modalidades descontinuas de sobrevivência.

Finalmente, como quarta conclusão, caminha-se para a descoberta e a construção de uma formação discursiva. Esse não é um sistema articulado, hierarquizado de proposições, mas ainda é apenas um sistema de dispersão de enunciados diversos. Esse sistema, todavia, tem uma homogeneidade, ou pode tê-la. Ele fala do campesinato. Disso decorre que se pode organizar, a partir dessas observações, novas hipóteses de trabalho sem que sejamos obrigados a dizer que o campesinato está no caminho do desaparecimento. Pelo contrário, a abordagem parece sugerir que ainda há muito que fazer para entender o campesinato e suas lutas históricas, suas modalidades de existência.

Provavelmente, Saussure tinha razão: é o ponto de vista que cria o objeto.

ROTEIRO PARA LEITURA DA TERRA

LUÍS AUGUSTO FISCHER*

Há uma frase do Augusto Meyer, que li não lembro onde, que pode bem sintetizar a questão: “Os livros, como as paisagens, só falam quando são interrogados”. O que este texto vai tentar fazer é uma espécie de cruzamento entre as duas variáveis — vai interrogar a literatura brasileira para saber dela quando é que ela se pôs a interrogar a paisagem brasileira, a terra brasileira. De pronto pode-se dizer que o jeito brasileiro de olhar para sua terra está longe de se constituir num tema predominante em nossa tradição — como, igualmente, está longe de ter um padrão típico. Quando a gente olha aqui do lado, nas terras do Prata, enxerga aquele modelão irado, falando de peito-aberto sobre os dramas da terra, por exemplo na famosa canção de Daniel Viglietti “A Desalambrar”: “Yo pregunto a los presentes/ se no se han puesto a pensar/ que esta tierra es de nosotros,/ y no del que tenga más”. Ou então, se olhamos lá para o norte do continente, vemos aquele jeito esparramado feito estrada no meio do deserto, por exemplo no poeta Walt Whitman, orgulhoso daqueles espaços abertos, como em “Our Old Feuillage”, que diz, a horas tantas:

The eighteen thousand miles of sea-coast and bay-coast on
the main, the thirty thousand miles
of river navigation,

The seven million of distinct families
and the same number
of dwellings (...)

Always the free range and diversity —
always the continent
of Democracy;

Always the prairies, pastures, forests,
vast cities, travelers, Kanada, the snows
(Em tradução estropiada e rápida, diz a “Nossa Velha Folhagem”, neste trecho: As dezoito mil milhas de costas litorâneas no todo, as trinta mil milhas de navegação fluvial, os sete milhões de distin-

Reprodução



Glênio Bianchetti — auto retrato

tas famílias e o mesmo número de casas (...), sempre o espaço livre e a diversidade — sempre o continente da Democracia, sempre as planícies, os pastos, as florestas, as vastas cidades, os viajantes, o Canadá, as neves...)

Não, o nosso jeito não é nem o direito nem o esparramado. Nosso jeito é outro, talvez o mais colonizado de todos: olhamos para o Brasil como quem olha para o estrangeiro, para o diferente, não para o familiar. Não por acaso se costuma dizer que os românticos brasileiros (os do século passado e os de outras épocas) jamais iam para a Europa — sempre *volta-vam* para lá.

E isto foi assim desde sempre, desde que o Brasil foi visto pela pena do português que aqui chegou. Na Carta de Caminha, de certa forma a nossa certidão de batismo cultural, lá está o depoimento, ao final do texto:

“Esta terra, Senhor, pareceu-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste ponto temos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. (...) Pelo ser-tão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender d’olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem o vimos. (...) Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.”

Caminha olhou da praia e não viu nem isso nem aquilo, mas concluiu sem pejo que o melhor seria salvar o gentio. Não estamos até hoje nesse impasse, olhando sem enxergar, acomodados aqui na praia?

Isso só ficou diferente quando alguns resolveram olhar com olhos de ver. No século dezoito há um caso único: Basílio da Gama, o injustamente esquecido autor de *O Uruguai* (1769), texto que poderia ter deixado uma herança menos colonizada em nossa tradição caso nossos românticos tivessem tomado mais cuidado ao eleger o herói nacional. No Canto II, aparece um tenso diálogo entre os portugueses e os índios, em torno do motivo daquela guerra iminente: pelo Tratado de Madri, os portugueses saíram da Colônia de Sacramento, esperando que os espanhóis cumprissem sua parte — fazer os jesuítas espanhóis que dirigiam as Missões sumirem do mapa; a situação estava em impasse, e o general Gomes Freire argumenta com Cacambo e Sepé, líderes indígenas, dizendo-lhes que saíam dali; Cacambo toma a palavra e diz, sabiamente:

(...) Se o rei de Espanha
Ao teu rei quer dar terras com mão
larga
Que lhe dê Buenos Aires, e Correntes
E outras, que tem por estes vastos
climas;
Porém não pode dar-lhes os nossos po-
vos

* Professor do Instituto de
Letras/UFRGS.

As campinas que vês e a nossa terra
— Sem o nosso suor e os nossos braços —

De que servem ao teu rei? Aqui não temos

Nem altas minas, nem caudalosos

Rios de areias de ouro. (...)

Basílio foi por certo o primeiro ficcionista brasileiro a olhar para a terra brasileira a partir do ponto de vista americano, e isso talvez explique por que não deixou herdeiros diretos.

Nosso Romantismo fez o contrário: olhou para o Brasil tentando ver aquilo que julgavam que o europeu veria e acharia digno de ver. Daí a larga produção dos I-Juca Pirama, dos Peri, índios “filhos de Maria”, como disse Oswald de Andrade. A exceção corre por conta de outro marginal de nossas letras, Joaquim de Souza Andrade, ou, como ele inventou, Suzândrade, que em sua obra *O Guesa* recolheu histórias do folclore e da antropologia americanas para forjar um jeito inédito de falar da terra brasileira. Num dos prefácios que escreveu, em 1876, afirmou: “Nesta natureza (americana) estão as próprias fontes, grandes e formosas como os seus rios e as suas montanhas; ela à sua imagem modelou a língua dos seus naturais — e é aí que beberemos a forma do original caráter literário qualquer que seja a língua diferente que falarmos”. No Canto Primeiro, datado de 1858, leremos esta passagem, que reflete o pensamento do personagem principal, o Guesa errante:

Nos áureos tempos, nos jardins da América

Infante adoração dobrando a crença

Ante o belo sinal, nuvem ibérica

Em sua noite a envolveu ruínosa e densa.

E da existência meiga, afortunada,

O róseo fio nesse albor ameno

Foi destruído. Como ensangüentada

A terra fez sorrir ao céu sereno!

No final do século passado, a terra brasileira ficou emudecida, soterrada pelo vulcão parnasiano, que só dava voz ao que não fosse nacional, ao que fosse de feição clássica e impassível. Precisou haver um gênio esquisito como Machado de Assis para tirar os véus da frente dos

olhos e enxergar. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado faz falar um patife burguês, um cretino burguês que fraudava até mesmo sua genealogia. Vejamos uma passagem do Capítulo III, em que Brás dá conta de sua família.

“O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós — dos avós que a minha família sempre confessou —, porque o Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha.”

É este mesmo Brás, que renega a origem trabalhadora da família — exatamente como sempre gostou de fazer a elite brasileira, mesmo a mais entranhada na terra —, quem ao final dirá, no capítulo “Das Negativas”: “coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto”.

Mas a regra daquela primeira geração republicana era bem outra: era a regra Bilac, poeta famoso que não quis falar do país real, até porque, e cá entre nós, devia ser mesmo uma barra. De todo modo, Bilac exagerou, como vemos nestas linhas de “O Brasil”:

Pára! Uma nova terra ao teu olhar
fulgura!

Detém-te! Aqui, de encontro a ver-
dejantes plagas,

Em carícias se muda a inclemência
das vagas...

Este é o reino da Luz, do Amor e da
Fartura!

Treme-te a voz afeita às blasfêmias e
às pragas,

Ô nauta! Olha-a, de pé, virgem mo-
rena e pura,

Que aos teus olhos entrega, em ple-
na formosura,

— Os dous seios que, ardendo em
desejos, afagas...

Beija-a! é a mais bela flor da
Natureza inteira!

E farta-te de amor nessa carne
cheirosa,

Ô desvirginador da Terra brasileira!

No começo de nosso século, a literatura e a consciência brasileiras são sacudidas pelo furacão chamado Euclides da Cunha, espécie de herói republicano desde a juventude, que ousou contar a história real da terra interiorana brasileira de um ponto de vista irritantemente inovador — usando as armas mais modernas do olhar sociológico de então, ele faz a autocrítica da civilização litorânea brasileira.

Sem fazer o mesmo alarde, mas inventando literatura do mais elevado nível, o gaúcho Simões Lopes Neto consegue o milagre de impregnar o próprio texto com cheiro de terra. Nos *Contos Gauchescos*, ouvimos a voz do velho Blau Nunes, que viveu sempre cruzando a terra gaúcha, e ao final dos seus anos conta alguns causos.

No primeiro tempo modernista, na década de 1920, Oswald de Andrade inventa uma espécie de sucedâneo do burguês Brás Cubas, o protagonista das *Memórias Sentimentais de João Miramar*. No capítulo 59, “Far-West”, ao visitar o interior brasileiro, terra de onde tinha vindo a fortuna familiar, Miramar nos conta, em sua linguagem cifrada:

“Chapelões e revolvers de último modelo saíam mecanicamente das telas buhlentas e passeavam calmos nas ruas irrigadas do pó vermelho.

Tabeliães transmissões de papel tostado e selo do império com grilos milionários a saibam quantos.

E o sertão para lá eldoradava sempre e liberdades.”

Nós sabemos o que significa, na história brasileira, o papel tostado, signo das heranças, o grilo milionário, velho recurso de força para expulsar índios e posseiros pobres, e ainda o requinte dos textos oficiais que iniciam declarando “Saibam quantos”, procedimento usual do estado patrimonial para fazer-se ouvir. O fu-

rioso Oswald sabia como funcionava por dentro da lógica da apropriação da terra.

Foi precisamente esse furor crítico, embora despido da força inventiva, que animou uma vasta geração de romancistas nos anos 30, que vieram a se ocupar especificamente do desvendamento mais ou menos racional dos mecanismos do enriquecimento das elites nacionais. No nordeste apareceram Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Amando Fontes; no sul, Érico Veríssimo, Cyro Martins, Ivan Pedro de Martins, Dyonélio Machado — quase todos se ocupando de traçar a gênese e o desenvolvimento dos proprietários de terra no país.

Foi preciso a tradição brasileira acumular inúmeros relatos sobre a terra para, amadurecida, dar voz e corpo ao gênio de Guimarães Rosa, que conseguiu outro milagre: valendo-se de recursos miudamente regionalistas, inventa uma história de alcance universal como *Grande Sertão: Veredas*. O cheiro de terra que exala daqui, se não é tão forte quanto o da ficção de Simões Lopes Neto, é mesmo assim vigoroso. Vamos escutar um pouco a voz do cansado guerreiro Riobaldo, que lá pelas tantas diz assim:

(...) Depois de tantas guerras, eu achava um valor viável em tudo que era cordato e correntio, na tiração de leite, num papudo que ia carregando lata de lavagem para o chiqueiro, nas galinhas d'angola ciscando às carreiras no fedegoso-bravo, com florezinhas amarelas, e no vassoural comido baixo, pelo gado e pelos porcos. Figuro que naquela ocasião tive curta saudade do São Gregório, com uma vontade vã de ser dono de meu chão, meu por posse e continuados trabalhos, trabalho de segurar a alma e endurecer as mãos.

E nem falemos de João Cabral de Melo Neto, que aprendeu cedo a necessidade de entranhar-se na alma com a paisagem nordeste. Ou falemos, então: quem passa por suas páginas não consegue esquecer a força de um poema como, casualmente, "Graciliano Ramos:", assim com dois-pontos no título para deixar falar a voz seca do sertão ancestral:

Falo somente do que falo:
do seco e de suas paisagens,

Nordestes, debaixo de um sol
ali do mais quente vinagre:

que reduz tudo ao espinhaço,
cresta o simplesmente folhagem,
folha prolixa, folharada,
onde possa esconder-se a fraude.

Falo somente para quem falo:
quem padece sono de morto
e precisa um despertador
acre, como o sol sobre o olho:

que é quando o sol é estridente,
a contra-pêlo, imperioso,
e bate nas pálpebras como
se bate numa porta a socos.

Nos nossos dias, a literatura brasileira parece estar ajustando o foco para enxergar a terra brasileira — e vem já instruída nessa longa sucessão de deslumbramentos e olhares críticos, de forma que está aberto o caminho. Ninguém mais consegue ser um Caminha, que por mais que bata o olho na paisagem não enxerga além da praia.

Daí aparecer uma sutileza rara como o poeta pantaneiro Manoel de Barros, que em livro de 1974 intitulado *Matéria de Poesia*, no trecho "Muita coisa se poderia fazer em favor da poesia", letra j, observa:

Deitar os substantivos passarem anos no esterco, deitados de barriga, até que eles possam carrear para o poema um gosto de chão — como cabelos desfeitos no chão — ou como o bule de Braque — áspero de ferrugem, mistura de azuis e ouro — um amarelo grosso de ouro da terra, carvão de folhas.

Daí, também, aparecer outro modo de falar da terra, menos poético, menos sutil, mais cruelmente verdadeiro e real: neste ano da graça de 1991, são lançados dois romances aqui no Rio Grande do Sul, terra de tanta terra: *Videiras de Cris-*

tal, de Luiz Antônio de Assis Brasil, e *Quem Faz Gemer a Terra*, de Charles Kiefer. Todos nós nos demos conta da peculiaridade: Luiz Antônio faz reviver nas páginas da ficção e episódio mucker, atrás do qual está um dos primeiros registros da loucura que acomete o sujeito que perde a possibilidade de viver da terra, naquela época em que a cidade começa a ganhar hegemonia sobre o campo, e em que os filhos dos primeiros colonos já não encontravam condições de trabalho em ambiente comunitário baseado no trabalho da terra; e Charles Kiefer tem a ousadia de botar a falar, em primeira pessoa, um estranho colono sem-terra, que num acesso de insensatez impensável na realidade dos fatos, em meio a uma manifestação de colonos no centro de Porto Alegre, mata um brigadiano com um golpe de foice.

O jeito literário brasileiro de falar da terra não é o direto do Viglieti, nem o esparramado de Whitman; mas também não é mais o jeito cego de Caminha ou o concordino de Bilac. A literatura brasileira já produziu inúmeras denúncias sobre os (maus) modos pelos quais a terra foi sendo apropriada por poucos, numa terra tão grande como a nossa. Conhecemos os Brás Cubas, os João Miramar — e também os Blau Nunes e os Riobaldo. Já sabemos prestar atenção na paciência do esterco e da pedra, e já descobrimos, talvez apalermados, o quanto custa querer viver da terra.

O que falta — salvante a bobeira pós-moderna, que parece achar que já habitamos o sétimo-céu na terra — é a resolução concreta de nossa relação com a terra. Mas isso é tarefa para a história, para a quase sempre desapontadora prosa da história.

Conto publicado no livro "Milonga Porteña", (Ed. Movimento, 1983). Fernando Borges é médico psicoterapeuta e publicou, ainda, "A Companhia", em 1987, e "Vôo Cego", em 1990, ambos pela Editora Movimento.

A TERRA PROMETIDA

FERNANDO BORGES



— Olha o trem! Olha o trem chegando! Disse, excitada, a da Conceição.

— Ué, já são seis horas? Perguntou a mãe.

— Quero cumê, falou o Fabiano, numa vozinha fina.

Lentamente, completando uma curva, preguiçosamente como uma imensa lagarta, a composição vinha se aproximando.

Juraci, o pai, põe-se em pé. Instintivamente procura nos bolsos palha e fumo para fechar um baio. O grupinho, sete ao todo, movimenta-se com certa ansiedade. Estavam amontoados a um canto da plataforma, ao redor de um banco. Traziam apenas uns sacos com minguadas peças de roupas. Da Conceição trazia também uma gaiola. Com Cora, a caturrita. E Fininha, sua boneca de pano. O Janguinho, a sua tropilha de osso e o bodoque.

Vieram de longe. Do Curralinho. Fugidos da miséria de beira de corredor e de magras e escassas changas, que mal davam pruma bóia fraca. Iam para a Capital, "ondi trabaio não farta prum omi disposto como eu", como dizia o pai. Iam em busca de médicos, escolas, rádio e sonhos. Sonhos. Sonhos de uma casa melhor (até com um jardinzinho, quem sabe). De uma dentadura nova pra mãe. De água encanada. E de um moço distinto, trabalhador, pra da Conceição, que já estava se parando mocinha. Com os freios guinchando, o trem foi parando na estação. Outras pessoas, muitas, movimentavam-se na gare, na expectativa de chegada ou partida de alguém. E havia meninos ágeis a vender pastéis ou refrescos, a dar informações ou oferecendo-se para carregar malas ou pacotes.

Mãe tinha distribuído pão com banha a todos. Agora, já se aprumaram. Juraci, nervoso com a tropilha, procura o vagão que lhe era destinado. Cirinho chuta um cusco que viera cheirá-lo. Chegam ao vagão. Entram. Entregam os bilhetes ao funcionário da estação. A piazzada arisca, subindo pela primeira vez num trem. Fabiano choraminga. Clóvis agarra a barra do vestido da mãe. Chegam a um banco e se acomodam. O vagão se movimenta.

— Bueno, aqui se bamo, diz o Juraci. E a esperança se alça na espiral da fumaça e no apito do trem.

HOMERO SIMON

MARIA HELENA WEBER*
DANIEL HERZ**

Telecomunicações, TV a cabo, concessões de canais estão entre os temas de maior discussão, no país, atualmente, mobilizando entidades sindicais, representantes da sociedade, legislativo federal, universidades, governo e setor empresarial, numa disputa de conceitos sobre a concessão e utilização de meios de comunicação. Alguns desses temas, mesmo considerados como ficção, há 17 anos eram abordados com preocupação pelo professor e engenheiro Homero Carlos Simon.

Neste momento de decisões políticas e econômicas cruciais em torno do poder da comunicação, cabe relembrar os argumentos mais utilizados por Homero Simon, relacionados às concessões e ao funcionamento do sistema de radiotelevisão, no Brasil. Ele salientava as implicações políticas, sociais e culturais que poderiam estar mascaradas pela alta tecnologia. Repetia: "...é preciso ter muito cuidado com isto", que tanto poderia beneficiar a democracia quanto a interesses particulares. Esta característica humanista do professor Homero Simon sempre surpreendeu a todos seus aprendizes, dentro ou fora das salas de aula da Escola de Engenharia da UFRGS, — onde se diplomou em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica —, do Curso de Comunicação da UFRGS, do SENAI, da PUCRGS e nas suas atividades com educação à distância.

O trabalho de Homero Simon destacava-se por sua abrangência social e devido à sua alta especialização em telecomunicações, especialmente em Sistemas Irradiantes Direcionais de Radiodifusão de OM. Vários de seus projetos marca-

ram a história gaúcha. Presidiu a Comissão Estadual e o Conselho Estadual de Comunicações do Estado do RGS (1959/1962) e participou da estruturação do Plano de Telecomunicações do estado. Foi também um dos responsáveis pela denominada Cadeia da Legalidade, em 1964, instituída pelo governo do estado, com repercussões políticas em todo o país. Foi um dos fundadores da Companhia Riograndense de Telecomunicações, da Fundação Educacional Padre Landell de Moura e exerceu as funções de diretor e responsável técnico da Rádio e Televisão Gaúcha, da Rádio Guaíba em Porto Alegre, da Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, e foi engenheiro responsável e fundador da Rádio da Universidade, em 1957.

O professor Homero Simon foi um exemplo de cidadania, exercitando-a através da sua área de conhecimento mesmo quando suas preocupações sociais, vinculadas a telecomunicações, soavam como excentricidade. Seu profundo conhecimento permitia-lhe a elaboração de planos como o de redistribuição de canais de televisão no RS, de implantação da TV Educativa (1966) e, ao mesmo tempo, prever as implicações políticas e sociais de um projeto de telecomunicações sem a participação da sociedade e das suas entidades representativas. Nesse sentido, participou ativamente, de 1975 a 1979, da resistência das entidades acadêmicas e sindicais no movimento de Luta por Políticas de Democratização da Comunicação, cujos resultados chegaram a influenciar na elaboração da Constituição atual.

Incansável estudioso e defensor dos direitos sociais, sempre se referia ao Brasil utilizando conceitos de nação, sem ufanismo, e lembrava que até os regimes autoritários passariam, mas definitivos eram a terra, o seu povo, as paisagens. Seus discursos conferiam à tecnologia o poder de gerar desenvolvimento e mudanças, desde que aliada e comprometida com os interesses do país e da sociedade. Assim cunhava seu trabalho, justificava sua luta e assim representou sua categoria profissional nacionalmente, como presidente do Sindicato dos Engenheiros do RGS, por duas gestões, de 1978 a 1984 e como conselheiro e coordenador das Comissões de Ensino e Legislação do CREA/RS e representante na Câmara de Engenharia Elétrica. Pretendia ampliar sua atuação política quando candidatou-se a suplente de senador pelo PDT.

Durante 67 anos de vida (1920/1987), a obstinação, o conhecimento e a simpli-

cidade caracterizaram o trabalho de Homero Simon, que surpreendeu sempre pelo caráter inovador de suas ações. Por exemplo, quando foi incansável na defesa de argumentos junto ao Governo Federal, visando obter aprovação para a instalação de um projeto piloto (e pioneiro) de TV a Cabo na UFRGS, em 1974. Insistiu, durante anos, defendendo a importância e a função social da instalação desse sistema numa universidade, pois aliaria a produção de conhecimento às condições específicas de um tipo de tecnologia, de interesse social. Afirmava ser essa a utilização correta de tal sistema, mas não era essa a opinião do governo à época. Outro momento em que sua atuação foi marcante e polêmica, em nível nacional, foi gerado pelo seu relatório contra a adoção do sistema de TV a cores NTSC e favorável ao PAL-M, em 1968. Homero Simon participara da Assembleia Extraordinária Interamericana de Radiodifusão, em Quito, como Assessor Técnico para Assuntos de Televisão em Cores, onde defendeu o Brasil contra grandes grupos internacionais, que argumentavam pela implantação do NTSC, quando o PAL-M (atualmente em vigência) era técnica e economicamente mais adequado ao país.

Sua indignação permanente contra a arbitrariedade e os seus conceitos de nação e cidadania eram traduzidos, no seu trabalho, pela dedicação, pelo desprendimento, pela persistência em recomençar e defender idéias e projetos com repercussão social. Como reconhecimento à importância das suas ações, Homero Simon recebeu, em 1990, homenagem póstuma da Prefeitura Municipal conferindo-lhe a medalha Cidade de Porto Alegre. Mas, em outras proporções, centenas de entidades nacionais ainda o homenageiam à medida que, novamente, se organizam e retomam a luta por políticas de utilização e democratização dos meios de comunicação, lembrando, obrigatoriamente, sua defesa apaixonada e incansável da função social das novas tecnologias, especialmente da radiotelevisão, no Brasil.

* Professora do Depto. de Comunicação da FABICO/UFRGS, relações públicas e escritora.

** Jornalista, autor do livro "A História Secreta da Rede Globo" (Ed. Tchê!)

A UNIVERSIDADE E A TERRA

**ELZA MARIA FONSECA
FALKEMBACH***

O que se pretende com este texto é refletir sobre a relação da UNIJUI com a questão da terra, especialmente com os Movimentos Sociais — grupos subalternos — produtos das relações socialmente desagregantes do processo de reprodução ampliada do capital no campo.

Para maior clareza, procura-se explicitar alguns dos conceitos utilizados na análise dessa relação. Um deles é o conceito de extensão universitária, outro o de realidade social e, ainda, faz-se referência ao conceito de conhecimento.

Na sua relação com os movimentos sociais, a UNIJUI trabalha a extensão como uma prática educativa. E, como tal, trata o conhecimento, procurando recuperar os saberes presentes nas práticas sociais concretas, saber que está fundado nas experiências de vida e de luta desses movimentos. A UNIJUI busca também socializar o conhecimento universal, historicamente acumulado, na medida da solicitação dessas práticas e reelaborar e produzir conhecimento através da reflexão crítica e da pesquisa, relativizando as teorias e os métodos utilizados. Nessa perspectiva, a extensão universitária coloca-se como um processo sistemático que implica em teoria, método, prática e vigilância reflexiva.

Tal prática educativa acontece sobre um objeto que é a realidade social, concebida na sua tríplice dimensão: o complexo de fenômenos e relações que desenham uma caminhada histórica — circunscrita pela ação de classe de grupos, movimentos sociais e instituições — estas mesmas ações ou práticas de classe e a consciência que esses coletivos têm do todo orgânico em movimento. Não é um processo que reúne indivíduos isolados; acontece com e a partir, principalmente, de sujeitos coletivos — movimentos sociais. As práticas desses movimentos é que levantam a problemática que passa a ser trabalhada pela extensão. São práticas concretas e contextuais, coletivas, complexas e dinâmicas a ponto de desafiar a construção do novo. Orientam-

se por saberes, cuja produção limita-se à vivência do particular (o saber popular, o senso comum), mas que vêm sendo sistematizados, acumulados e, por necessidades históricas, desafiados a interpretar o real.

Esses saberes, contudo, nem sempre dão conta do todo. São dotados de contradições que limitam a apreensão da realidade e, na impossibilidade do salto qualitativo — estabelecimento dos nexos entre os fenômenos, apreensão das determinações, percepção do geral no particular — há momentos em que fazem apelo ao mágico.

É, justamente, a partir e sobre esse limite que se procura intervir pedagogicamente, trabalhar o conhecimento ampliando conceitos, repassando categorias, vivenciando metodologias e técnicas. Trabalhar o conhecimento é entendido aqui como relação, cuja especificidade é dada pelo caráter dos sujeitos que integra e pela realidade que os faz e os sente, através do movimento que esses lhe imprimem, ao procurar atingir seus objetivos.

— Quem são os agentes, interlocutores ativos da universidade nesta prática de extensão?

Os principais agentes desta prática são os movimentos sociais, sujeitos coletivos, integrados a partir de um processo de enfrentamento das próprias relações sociais que os geram e que controem sua identidade no específico de suas lutas. São eles: Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Atingidos pelas Barragens Hidroelétricas, Movimento Sindical Rural, Movimento de Mulheres Agricultoras, Movimento Urbano, Movimento Indígena. Os indígenas do Sul do Brasil mantêm, em sua organização e forma de atuar, características de movimento social, mas sua construção, enquanto tal, tem raízes mais longínquas, num processo de quase extermínio de raça e culturas, iniciado no Brasil-Colônia.

A terra, para esse conjunto de movimentos, coloca-se “como um problema de todos”: terra-trabalho, terra-possibilidade de reprodução, terra-moradia, terra-vida, terra-poder. Poder usurpado,

poder a enfrentar e a construir. Poder que a um tempo os desagrega e, a outro, os congrega. Terra, dimensão objetiva e subjetiva, instrumento e fim em projetos políticos (conscientes ou não) que, hoje, vêm desafiando esses movimentos à criação coletiva no domínio do político, do econômico, do social e do cultural.

— O que leva a UNIJUI a assumir essa relação com a problemática da terra?

As exigências da conjuntura têm alertado este sujeito coletivo, que são os movimentos sociais, para a necessidade de tornar suas práticas politicamente mais eficientes. A percepção da incapacidade de as teorias de suas práticas darem conta de apreender o real e compreender suas contradições tem sensibilizado setores desses movimentos sociais, levando-os à busca do conhecimento universal e ao esforço do exercício da função de intelectuais. Foi ao perceber isso que a UNIJUI se propôs a abrir seu espaço para a construção de um programa — Seminário Permanente de Educação Popular — em que a socialização desse conhecimento universal e o exercício da função de intelectuais fossem possíveis a esses grupos subalternos.

Talvez se possa explicar a sensibilidade da UNIJUI em relação à questão da Terra e dos movimentos sociais como uma identificação histórica com o subalterno. O fato dessa universidade viver intensamente a contradição entre o privado (seus recursos) e o público (o caráter da sua prática histórica) a remete ao mundo do subalterno e a torna sensível a desvelar no outro e com o outro — movimentos sociais — condição semelhante à que experiencia. Talvez, por essa razão, o desafio da democracia a sensibilize a ponto de ser impulsionada a vivê-la, radicalmente, naquilo que lhe é específico, a produção de conhecimento.

*** Professora da UNIJUI. Membro do Seminário Permanente de Educação Popular do Departamento de Pedagogia da FIDENE/UNIJUI.**

AGROTÓXICOS: UM MARKETING LETAL

FLÁVIO LEWGOY*

Os biocidas usados na agricultura — agrotóxicos — em boa parte são ligados ao desenvolvimento de armas químicas (1,2). Esse setor da corrida armamentista traz custos muito altos de pesquisa, fabrico e armazenagem, sem retorno financeiro, visto que tratados subscritos pela maioria dos países vedam o seu emprego bélico, ao contrário das chamadas armas convencionais, que fazem parte da pauta das exportações. Como solução, os produtos de menor interesse militar são comercializados para o controle de pragas, seguindo a trilha do DDT e congêneres, os organoclorados, que tinham aberto um mercado mundial muito promissor pelos seus êxitos iniciais na agricultura e no controle de vetores.

Pragas, num sentido amplo, conforme Zambrone (1), é tudo aquilo que ataca, lesa ou transmite enfermidades às plantas, aos animais e ao homem. Os agrotóxicos, pois, são produtos químicos, em sua grande maioria produtos de síntese, não existentes na natureza (xenobióticos), destinados a matar, controlar ou combater de algum modo insetos, aracnídeos, ervas daninhas, fungos, vermes, roedores e qualquer outra forma de vida lesiva à saúde e ao bem-estar do homem, à lavoura, à pecuária e seus produtos e a outras matérias-primas alimentares. Por extensão, incluem-se processos físicos (luz, som), agentes desfolhantes, dessecantes e substâncias reguladoras do crescimento, bem como agentes biológicos: fungos, vírus e bacilos patogênicos a pragas (Lei 7802, de 11/7/89).

UM MERCADO BILIONÁRIO E O SEU PARADIGMA

Em 1970, as vendas mundiais de agrotóxicos foram de 2,7 bilhões de dólares. Para 1990, foi estimado um total de até 34 bilhões de dólares. Só na América Latina, as 16 maiores empresas, em 1985, faturaram 2,05 bilhões de dólares, quase



60% dos quais, 1,225 bilhões, despendidos pelo Brasil. A estimativa para 1990 era que nosso país gastaria com esses caros insumos, dos 3,28 bilhões previstos para a América Latina, aproximadamente a mesma proporção, ou seja, cerca de US\$ 2 bilhões (3). Segundo W. F. Almeida (4), em 1984 o Brasil detinha “a triste classificação de quarto consumidor de agrotóxicos do mundo. Contudo, está muito longe de ser o quarto país produtor de alimentos, importando arroz, feijão e milho”. Como se sabe, a análise ainda é válida sete anos após.

O mercado era, e é, embasado no paradigma da *agricultura intensiva*, expresso na fórmula: $A = \$(NPK) + V(2)$, ou seja: $AGRICULTURA = crédito$ mais *adubos minerais solúveis* mais *agrotóxicos*. O nome acentua o caráter de uma tecnologia agrícola intensiva em capital e altamente consumidora de energia, principalmente derivados do petróleo, necessários à fabricação de adubos minerais (e

orgânicos) solúveis e de agrotóxicos. A década de 70 foi a época do apogeu de vendas de biocidas. O financiamento bancário do governo aos produtores agrícolas, com dinheiro público a juros subsidiados, só era concedido com a condição expressa da compra “preventiva” de agrotóxicos, a despeito de protestos de agrônomos não comprometidos com o sistema, pois a manifestação das pragas, como fenômeno biológico, é dependente de condições ambientais favoráveis. Essa política, assim como táticas de venda de alta pressão das indústrias e seus vendedores, usando de procedimentos anti-éticos, tais como informações errôneas, escondendo os perigos no uso e manuseio dos venenos, incluindo comes e bebes promocionais a trabalhadores, capatazes, sitiantes, horticultores e fazendeiros nos quais era (é?) feita a propaganda enganosa de produtos (4) teve consequências lesivas duradouras, entre elas a multiplicação nas propriedades rurais de depósitos de agrotóxicos de prazo de validade vencido, mas em precárias condições de conservação e causando contaminação ambiental, um problema que se arrasta até hoje.

Se os dispêndios nacionais com o paradigma, em sofridos dólares, são elevados, não é menor o volume físico de venenos agrícolas dispersos no meio ambiente, de norte a sul. Computando as cinco principais classes de agrotóxicos — inseticidas, formicidas, herbicidas, fungicidas e acaricidas, na década de 70, desde 72, a média anual de consumo de produtos comerciais foi a 199.900 toneladas/ano; para os anos 80 (81-89) a média caiu em 30%, ficando em 139.480 t/ano (3). Essa redução deveu-se à menor incidência de pragas, até a safra de 82-83 e, sobretudo, à recessão econômica. Os subsídios e a obrigação de aquisição

*** Professor do Depto. de Genética do Instituto de Biociências/UFRGS. Ex-presidente da AGAPAN — Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.**

“preventiva” foram retirados. Esses eventos, por outro lado, favoreceram a maior difusão do receituário agrônomo no Rio Grande do Sul e no Paraná, assim como a adoção em maior escala de técnicas de agricultura alternativa, por exemplo, o controle integrado e o uso de agentes biológicos de combate de pragas, com o *Baculovirus* para a lagarta da soja (5). A queda no consumo não foi acompanhada por redução nos gastos, como se pode ver nas curvas de consumo anual, em toneladas/ano, das cinco principais classes de agrotóxicos e nos preços pagos (US\$ dólares), período 1972-1989 (figura 1). Segundo a indústria, entre as causas da alta de preços figuram os elevados custos de pesquisa na síntese de novos agrotóxicos e os *grandes investimentos em propaganda e embalagens* (nosso grifo). Sucede, também, que mesmo com a “nacionalização” do fabrico de vários princípios ativos, estimulada pelo Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, o PNDA, que tinha por objetivos criar um parque de indústrias formuladoras, os intermediários de síntese, que passaram a substituir nas importações os produtos comerciais, têm os seus preços também controlados — e super valorizados — pelas indústrias produtoras de agrotóxicos. Essas passaram, também, a utilizar o Brasil como centro exportador de agrotóxicos para outros países em desenvolvimento. Esse evento, porém, não superou o déficit comercial do Brasil com as importações de intermediários e princípios ativos não fabricados no país (5). A decantada *Revolução Verde*, ponto alto do paradigma intensivo, que apregoava livrar as áreas carentes do terceiro mundo da fome, com o uso de cultivares de alta produtividade, não alcançou o objetivo, pelos reflexos na economia dos países que deveriam ser beneficiados, da dependência desses cultivares em caros insumos importados.

"DEFENSIVOS AGRÍCOLAS" VENENOS SEM CONTROLE

O Ministério da Agricultura informava estarem registrados, até fins de 1990, 369 princípios ativos de agrotóxicos, ou, como preferiam as indústrias químicas produtoras, “defensivos agrícolas”, nome “soft” que mascarava o caráter letal

de muitos desses produtos, sempre agressivos, usados na agricultura, no meio urbano, para imunização de madeira e em campanhas de saúde pública para controle de vetores. São de diversas funções químicas, por exemplo: organoclorados (DDT, BHC, aldrin), fosforados (malation, diazinon), carbamatos (aldicarb, carbaril), piretróides (aletrina, detame-trina), etc. Todos são tóxicos, estando classificados pelos seus efeitos de letalidade em animais de laboratório, em miligramas por quilo de animal, de onde podem ser feitas extrapolações para a espécie humana, conforme a maneira de absorção e os efeitos observados por ingestão, contato com a pele e com os olhos. Assim, substâncias da Classe I (*extremamente tóxicas*) são letais ao homem em dose de algumas gotas. Na Classe II (*altamente tóxicas*) a ingestão de uma colher de chá pode matar. A Classe III enfeixa produtos *medianamente tóxicos*, quando uma colher de sopa pode matar, e na Classe IV encontramos produtos classificados de *pouco tóxicos* que, em doses relativamente altas, apenas, matam. As medidas citadas foram usadas apenas como ilustração. Este critério, de *toxicidade aguda*, é antiquado, ignorando os efeitos de exposições contínuas, diárias, durante anos, a pequenas doses, mas que constituem grande parte dos casos, originando *efeitos cumulativos* que podem causar lesões funcionais a médio e longo prazos. Da mesma forma, a classificação não leva em conta que substâncias Classe III, ou IV, são *genotóxicas*, causando mutações e câncer, bem como teratogênese, e, ou, em outra província tóxica, *efeitos neurológicos*. Os *efeitos de interação* também são ignorados. Eles são muito importantes, pois estamos expostos a uma complexa mistura de substâncias tóxicas e seus metabolitos, cuja resultante freqüentemente, é mais danosa que a soma das ações de cada componente, o efeito de sinergismo, desconhecido na quase totalidade dos casos. Até mesmo as propriedades toxicológicas isoladas de alta proporção dos agrotóxicos do comércio ainda carecem de avaliação, isto nos Estados Unidos (6), em porcentagem que varia, no estudo feito, de 41% (toxicidade aguda) a 77% (toxicidade crônica). Quanto aos efeitos sobre a reprodu-

ção e potencial teratogênico, a porcentagem não avaliada chega a 66%; 72% dos produtos não tinha testes de mutagenicidade. Considerando a população exposta, no Brasil, e as condições em que é feito o combate às pragas, estes fatos assumem particular gravidade. Os efeitos danosos sobre o meio ambiente não são menos importantes.

IMPACTO AMBIENTAL E HUMANO DOS AGROTÓXICOS

Os agrotóxicos, aplicados por pulverização, mediante máquinas carregadas por trabalhadores em veículos e por via aérea, contaminam por dispersão, inevitavelmente, o solo e as águas contíguas às áreas de cultivo. As partículas de produtos químicos dispersas nos aerossóis podem percorrer distâncias imensas. Não há qualquer região, oceânica ou terrestre já analisada, por exemplo, livre de DDT, o organoclorado mais persistente, cuja duração no solo supera os 30 anos. Há outros pouco persistentes, mas em compensação, de alta toxicidade aguda, ou sempre contaminados com impurezas de desmedido potencial danoso, como é o caso das *dioxinas*, contaminantes dos herbicidas clorados 2, 4, 5-T e 2, 4-D e derivados. Todos os agrotóxicos são inespecíficos, apesar das denominações. Inseticidas matam peixes, mamíferos e outros insetos benéficos, como abelhas e predadores de pragas. Herbicidas têm efeitos tóxicos para plantas comerciais como algodão, feijão e tomate, e causam câncer humano. O acúmulo de resíduos de biocidas e seus metabolitos na fauna selvagem e em animais de criação, especialmente organoclorados, é de ocorrência universal, chegando ao homem, elo final da cadeia alimentar, que apresenta organoclorados nos seus lipídios, leite materno e nos órgãos reprodutores. Os danos causados à reprodução de aves pelo DDT levaram à sua proibição, ou severa restrição em inúmeros países, como também de muitos outros agrotóxicos, pela sua nocividade ao homem. É o caso dos mercuriais, por exemplo (1). O impacto dos agrotóxicos sobre a saúde humana atinge proporções de pandemia, tanto a nível de exposição ocupacional,

principalmente de agricultores que fazem aplicação com pulverizadores e são banhados pela nuvem de aerossóis, como da população em geral, atingida através dos resíduos contidos nos grãos, frutas, hortigranjeiros, carne, leite, óleos e alimentos em geral (3).

OS NÚMEROS DA PANDEMIA DOS AGROTÓXICOS

Os efeitos crônicos comprovados, em todo o mundo, de intoxicação por agrotóxicos, são calculados em 700.000 casos por ano, o que corresponde a mais de um caso por minuto, segundo a Organização Mundial da Saúde, em publicação de 1990 (3). Estimativa de 1982, da mesma entidade, dava a incidência de casos de intoxicações por agrotóxicos somente nos países do terceiro mundo, num total estimado de 375.000 pessoas, com 10.000 óbitos, ou seja, uma morte a cada hora. Entre os efeitos crônicos destacam-se danos ao aparelho reprodutor, neuropatias periféricas, distúrbios neurocomportamentais, danos ao sistema imune, reações alérgicas sensibilizantes e câncer. Observe-se que, do total de produtos usados na agricultura, quase 25% pertence à categoria I (extremamente tóxicos) (3).

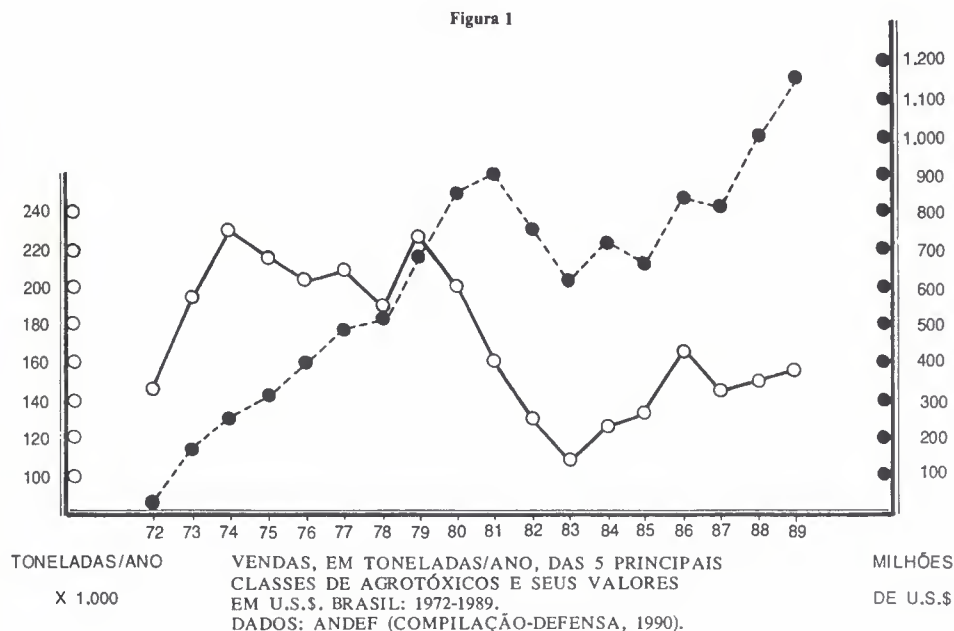


Figura 2
EVOLUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS E DE RENDIMENTO ENTRE AS PRINCIPAIS CULTURAS - BRASIL - 1974-1985

CULTURAS	VOLUME (Kg/ha) - médias anuais			ÍNDICES			ANÁLISE GRÁFICA
	74/76	78/80	83/85	74/76	78/80	83/85	
ALGODÃO EM CAROÇO	R 440	435	671	101	100	154	
	A 2,05	1,44	0,77	142	100	53	
CACAU	R 504	681	682	74	100	100	
	A 0,52	4,38	0,73	12	100	17	
CAFÉ	R 1.106	1.047	1.438	106	100	137	
	A 2,26	2,06	1,24	109	100	60	
CANA-DE-AÇÚCAR	R 47.418	55.256	63.402	86	100	115	
	A 0,87	1,13	1,50	77	100	133	
MILHO	R 1.541	1.480	1.782	104	100	120	
	A 0,10	0,16	0,12	63	100	75	
SOJA	R 1.659	1.398	1.749	119	100	125	
	A 2,92	2,58	1,08	113	100	42	
TRIGO	R 891	862	1.276	103	100	148	
	A 1,86	3,33	1,31	56	100	39	
ARROZ	R 1.460	1.419	1.702	103	100	120	
	A 1,07	0,71	0,71	150	100	100	
BATATA	R 8.951	10.265	11.823	87	100	115	
	A 5,42	3,92	16,05	138	100	409	
FEIJÃO	R 508	473	457	107	100	97	
	A 0,03	0,14	0,14	21	100	100	

R = Rendimento
A = Agrotóxico

— = Rendimento
..... = Agrotóxico

A FALÁCIA DO "USO ADEQUADO"

Um dos argumentos usados pela indústria química para negar a sua responsabilidade neste quadro macabro é o do *uso adequado*. "Se o produto for usado conforme as especificações contidas nos rótulos, o risco ambiental e humano é diminuído". A grande massa dos trabalhadores rurais é pouco alfabetizada (embora muitos saibam ler) e não tem condições de ler as instruções que são, em grande parte, impressas em tipos diminuídos. Outrossim, em todos os casos, o agricultor que faz pulverização de venenos deve usar uma espécie de traje espacial, composto por botas, macacão, luvas e máscara. Isto por horas, a uma temperatura que pode atingir 30 graus centígrados. A maioria, mesmo sabendo do risco, não usa esta proteção, talvez pela impossibilidade de andar com este traje

sem tremendo desconforto, mesmo na hipótese de que tenham a vestimenta completa, o que parece duvidoso. E que dizer das aplicações aéreas, que são feitas por pilotos treinados, de perícia comprovada? Mesmo assim, há contaminação atmosférica em povoados próximos às zonas agrícolas. Calcula-se que a perda de agrotóxicos durante a pulverização por aviões seja de 20 a 35% (3).

SEGUNDA FALÁCIA: SEM O USO DE AGROTÓXICOS, A FOME NO TERCEIRO MUNDO SERIA TERRÍVEL

A tabela (figura 2) demonstra, eloqüentemente, que não há correlação entre o nível de uso dos agrotóxicos e o rendimento agrícola. Este depende, basicamente, das condições climáticas que prevalecem na região do cultivo.

TERCEIRA FALÁCIA: A IDA

O aperfeiçoamento de técnicas analíticas de alta sensibilidade evidenciou a presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, impossíveis de evitar completamente. Foi necessário criar o conceito de IDA, ou Ingestão Diária Aceitável, que expressaria um limite máximo de resíduo de um determinado princípio ativo na dieta mínima de uma pessoa que, segundo o avanço dos conhecimentos, não causaria problemas de saúde se ingerido durante a vida do indivíduo. Este parâmetro, de duvidoso valor científico, depende de estudos referentes à chamada "dieta mínima" e, ainda, do monitoramento ao nível de resíduos de muitos alimentos. Em países do primeiro mundo, há dificuldades na execução dessa tarefa. No Brasil, isso tem sido simplesmente utópico. De qualquer maneira, a grande maioria dos agrotóxicos são mutagênicos e muitos são cancerígenos em ensaios com mamíferos (7). Não há, geneticamente, limite inferior de ação para uma substância genotóxica, apesar de supostas autoridades científicas, pertencentes quase sempre aos quadros de empresas transnacionais, sustentarem o contrário. A prova da falácia é um recente relatório da prestigiosa Academia de Ciências dos

Estados Unidos (8), que fez uma estimativa de que até 20.000 casos anuais de câncer podem ocorrer por ano, como resultado do consumo vitalício de alimentos contendo os valores máximos permitidos por lei dos agrotóxicos para os quais há evidência de ação cancerígena em animais. A Agência de Proteção Ambiental (EPA-USA), mais moderada (3), faz uma estimativa de 6.000 mortes por câncer anualmente, pela mesma causa.

AS ALTERNATIVAS AO PARADIGMA INTENSIVO

O ideal é abandonar de todo o uso de produtos tóxicos na agricultura. Várias alternativas, criadas por pesquisadores universitários e agrônomos, têm sido propostas, em combate ao paradigma da agricultura intensiva. O controle integrado de pragas parece ser, já, vitorioso em grandes culturas, sob orientação técnica de agrônomos, pela sua eficiência e menor dispêndio de agrotóxicos. Outras propostas, já parcialmente adotadas e ativamente pesquisadas, envolvem o controle biológico de pragas, o manejo de matéria orgânica, associações de plantas e outras. No entanto, o controle de venenos agrícolas via legal é uma medida importante e em vias de execução.

LEGISLAÇÃO — PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL

Depois que a lei pioneira de controle dos agrotóxicos no Brasil, que proibia o uso agrícola de organoclorados, tornava compulsório o Receituário Agrônômico e o registro de agrotóxicos no RGS, foi promulgada em 1982, pela Assembleia Legislativa, e sancionada pelo então governador, dez estados brasileiros aprovaram leis calcadas no modelo gaúcho. Uma fúria internacional sem precedentes, a ira das transnacionais ameaçadas em seus lucros, abateu-se sobre o Brasil, e o Rio Grande do Sul em particular, ameaçando cortar as vendas de agrotóxicos, protestando contra a violência (?), etc., e culminou com uma representação da ANDEF no STF que teve ganho parcial de causa, desestruturando a lei estadual e suas congêneres. Por fim, já no governo Sarney, em 1987, uma comissão de

31 membros, composta por representantes de todos os setores envolvidos, desde entidades profissionais, ecológicas e de cooperativas até representantes da indústria, elaborou um projeto de Lei Federal de Agrotóxicos, que após embates dentro do Congresso Nacional, foi aprovado, sob o número 7.802, de 11/7/89. Este diploma legal constitui, mesmo sem ser perfeito, um avanço muito grande para o Brasil, tendo sido, inclusive, aprovada a sua regulamentação. Entretanto, o fortíssimo "lobby" das empresas de agrotóxicos, que age tanto a nível de Congresso Nacional como no Ministério da Agricultura, ainda tenta destruir a lei. Será preciso um grande esforço para impedir que isto aconteça.

- 1) ZAMBRONE, F. A. Como (e por que) nos envenenamos. Casa da Agricultura, Jul/Ago, 1989, p. 13-17.
- 2) PINHEIRO, S. et alii. *Agropecuária sem veneno*. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- 3) HENAO et alii. *Reunião sobre agrotóxicos, saúde humana e ambiental no Brasil*. Brasília, Ministério da Saúde, Organização Panamericana de Saúde e Centro Panamericano de Ecologia e Saúde Humana, 1991. 115 páginas.
- 4) ALMEIDA, W. F. *Agrotóxico na comida: é a morte pela boca*. Pau Brasil, 1 (4): 30-32, 1985.
- 5) PESSANHA & MENEZES. *A questão dos agrotóxicos*. *Agroanalysis*, 9 (9), 2-22, 1985.
- 6) BINGHAM, E. "Extent of carcinogenicity testing of commercial chemicals", in *Living in a chemical world - annals of the New York Academy of Sciences*. P. F. Infante e Gwen K. Pohl editors, 1988, v. 534, p. 1038-1041.
- 7) FAN & JACKSON. "Pesticides and food safety". *Reg. Toxicol. Pharmacol.*, 9, 158-174.
- 8) INFANTE & POHL. "Living in a chemical world: action and reaction to industrial carcinogens". 8, 225-249.

IV

"É melhor ter adversários contundentes
do que amigos reticentes."
(Aureliano Chaves)

Há dois meses em casa
De lado o caderno Propasa
Mamãe pensa que larguei o semestre
Pra ver o xou do X. Xilvestre

O motivo não deu no jornal
A tevê nem comentou
Parece tudo normal
Quem parou, afinal?

Metalúrgicos viram manchete
Normalistas ganham colares
Todos gritam por salários
Mas nem uma linha se escreve
Quando os essenciais universitários
Declaram a sua greve

A universidade é tratada como carroça
Que, parada ou funcionando,
Vai puxada por contribuintes
Que estão pagando e andando.



por Verde, Vitor Knijnik e Mauro Dorfman

ADverso



Adufgs